

retrato

doBRASIL



HUGO CHÁVEZ



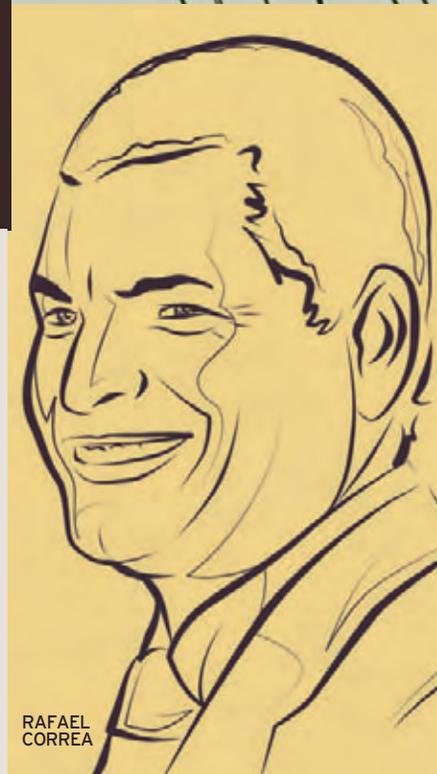
EVO MORALES

AMÉRICA LATINA UMA NOVA INDEPENDÊNCIA

HÁ 200 ANOS, FOI A LIBERTAÇÃO DO DOMÍNIO COLONIAL. HOJE, AINDA PROSEGUE A LUTA POR MAIOR AUTONOMIA



CRISTINA KIRCHNER



RAFAEL CORREA

CONGRESSO
As discussões sobre a redução da jornada de trabalho

BRASIL
Ainda fora da rota do desenvolvimento independente

BANDA LARGA
O governo quer que a Telebrás conecte todo mundo até 2014. Vai conseguir?

VEJA PARA ONDE OS RECURSOS FORAM REPASSADOS.

- construção de creches;
- compra de ônibus escolares;
- reforma e modernização de escolas municipais e estaduais;
- implementação do piso salarial do professor;
- ampliação da rede federal de educação profissional;
- modernização e equipamento das universidades federais;
- e muitas outras ações.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CAMINHO DA QUALIDADE.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) reúne as ações do governo federal que mudaram o retrato da educação brasileira. Seu maior desafio é assegurar educação de qualidade para 60 milhões de crianças e jovens que frequentam nossas escolas e universidades.



PDE | PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO

A melhoria da educação pública só se faz com o compromisso
e a participação de todos. Acesse: www.mec.gov.br

Ministério
da Educação



O GOVERNO FEDERAL MUDOU O RETRATO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.



NO ANO EM QUE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)
COMPLETA TRÊS ANOS, OS INVESTIMENTOS TRIPLICARAM.



06 **Ponto de Vista** **É TEMPO DE MUDANÇA**

As eleições são uma oportunidade de retomar o projeto de desenvolvimento independente do Brasil. É preciso mobilização popular, no entanto

09 **A VELHA LUTA DE CLASSES**

A proposta de reduzir a jornada de trabalho que tramita no Congresso, apoiada pelas centrais de trabalhadores, enfrenta a resistência dos patrões
[Gabriela Guedes]

14 **PRECONCEITO CONTRA O DIFERENTE**

Punir quem discrimina homossexuais é saudável e democrático. Mas, no Senado, conservadores emperam a tramitação de projeto com esse objetivo
[Lia Imanishi]

22 **UM PLANO PARA CONECTAR O BRASIL**

A universalização do acesso à internet em alta velocidade ainda não existe no Brasil. O governo quer chegar lá com o Plano Nacional de Banda Larga *[Rafael Hernandes]*



26 **CELEBRAÇÃO E LUTA**

Nos 200 anos da independência dos países latino-americanos, passado e presente se mistura em confrontos diplomáticos *[Flávio Dieguez]*



16 **AINDA SEM RUMO**

Com 25 anos de Nova República, o País ainda não reencontrou o caminho do desenvolvimento nacional independente
[Marcos Montenegro e Raimundo Rodrigues Pereira]

34 **REVOLUÇÃO OU CONSPIRAÇÃO**

O que a América do Sul tem a ver com as "revoluções de veludo" ocorridas no Leste Europeu nas últimas décadas?
[Antonio Martins]

36 **A FORÇA DO DESASTRE SOCIAL**

A atuação da comunidade internacional no Haiti têm sido um fracasso e só faz prolongar a longa crise econômica e social do país

[Yuri Martins Fontes]



40 A RETOMADA ATÔMICA

A energia nuclear não faz sentido técnico no Brasil. Nos EUA, no entanto, Obama encerrou mais de 30 anos de moratória na construção de usinas atômicas [Flávio de Carvalho Serpa]

44 HUMBERTO TEIXEIRA SAI DA GARRAFA

Em cinebiografia produzida pela filha, Denise Dummont, o Doutor do Baião e maior parceiro de Luiz Gonzaga recebe o merecido reconhecimento [Gabriel Vituri]

46 PEGADAS DA POESIA NO ASFALTO

Reinventando a si próprio e à cidade, Marcus Vinicius Faustini estreia com o livro *Guia afetivo da periferia*, refazendo suas andanças no subúrbio carioca [Leandro Saraiva]

48 QUERO RECRIAR O COTIDIANO, MOBILIZAR E SER POP

Além de escritor, Faustini é diretor de teatro, de cinema e secretário de Cultura de Nova Iguaçu (RJ). Um cara múltiplo, como você confere nessa entrevista [Leandro Saraiva]



FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com

CARTAS À REDAÇÃO

cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj. 42
cep 05432-000 são paulo - sp

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

CAPA Chico Max / Ilustrações Mauro Nakata

EXPEDIENTE - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira EDIÇÃO Armando Sartori SECRETÁRIO DE REDAÇÃO Thiago Domenici REDAÇÃO Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Leandro Saraiva • Lia Imanishi • Rafael Fernandes • Sônia Mesquita • Tânia Calari DIREÇÃO DE ARTE Chico Max EDIÇÃO DE ARTE Pedro Ivo Sartori REVISÃO Silvío Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Flávio de Carvalho Serpa • Gabriel Vituri • Gabriela Guedes • Yuri Martins Fontes • **Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis DIRETOR VICE-PRESIDENTE Armando Sartori DIRETOR ADMINISTRATIVO Marcos Montenegro

DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Sérgio Miranda

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas REPRESENTANTE EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • ACESSORIA EDICASE [www.edicase.com.br] DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press

TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]





Comício da campanha Diretas Já, São Paulo, 25/1/1984 – JOÃO PIRES/AE

É tempo de mudança

As eleições de 2010 são uma oportunidade para retomar o projeto de um desenvolvimento independente do País. Mas é preciso mobilização popular. Como houve antes da ditadura. E como houve, depois, para afastá-la

O GOVERNADOR DE SÃO PAULO, José Serra, numa conversa recente com banqueiros, disse que a evolução das contas do País aponta problemas dramáticos num futuro próximo e que é preciso mudar as políticas monetária e cambial do governo federal. Disse também que sua candidatura à Presidência é o caminho para mudar, visto que a da ministra Dilma Rousseff não teria condições de promover ordenadamente essa guinada. As avaliações de Serra merecem dois comentários. Um: é certo que as contas do Brasil apontam para problemas gravíssimos. Dois: a ministra escolhida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para disputar a Presidência da República, de fato, não trata desse assunto; mas,

Serra também não - só fala no problema para banqueiros e iniciados. Já há quatro anos, o balanço de pagamentos brasileiro apresenta sinais de graves desequilíbrios. Cresce enormemente a posição de capital estrangeiro de curto prazo investido no País, em função de políticas do Banco Central (BC) por meio das quais se pagam juros de curtíssimo prazo absurdamente altos e se valoriza, desproporcionadamente, a moeda nacional. Essa valorização agrava a inserção subordinada do Brasil à economia global, tornando-o, cada vez mais, exportador de produtos de baixo valor agregado. Como resultado, o déficit nas transações correntes do País é cada vez maior e pode levar a um desastre se não for corrigido logo.

Em 1964, forças políticas conservadoras, com apoio americano, derrubaram o governo nacionalista de João Goulart, criaram um modelo de associação dos grandes empresários locais com os de fora, conseguiram financiamento em condições favoráveis e investimentos diretos expressivos de capitais internacionais e promoveram um espetacular desenvolvimento do País. O custo desse crescimento dependente foi pago penosamente a seguir: entre 1981 e 1992, parte expressiva da poupança nacional foi drenada para pagar os juros da dívida externa, e o crescimento médio do PIB brasileiro foi de 1,7%, o menor já contabilizado nas diversas fases de sua história.

Em maio de 1992, o segundo presidente da Nova República, Fernando Collor de Mello, colocou nos principais postos da área financeira do País craques do sistema financeiro internacional. Eles montaram aqui um sistema que o economista Yoshiaki Nakano, diretor na Fundação Getulio Vargas (FGV), chama de uma “anomalia tropical”. Duas são as características que, combinadas, tornam esse sistema único em todo o mundo: a prática da mais alta taxa de juros de curto prazo entre os bancos centrais e a remuneração, como em praticamente nenhum outro país, de títulos do Tesouro, de longo prazo, com taxas de juros menores que as pagas no *overnight* do BC, de curtíssimo prazo, que envolvem negócios liquidados de um dia para o outro. Esse sistema foi a base para o famoso Plano Real, que nos teria legado um enorme bem: a moeda estável. Num seminário do PSB (Partido Socialista Brasileiro) promovido na primeira quinzena de março, no Rio de Janeiro, Teotônio dos Santos, autor de *Teoria da dependência* (Civillização Brasileira, 2000), falou, com muita razão e propriedade, sobre os absurdos de considerar o real uma moeda estável, resultante de conservadora, mas séria, política econômica. Essa política obriga o Tesouro Nacional a pagar anualmente um montante de juros correspondente a cerca de 20% da receita orçamentária - 170 bilhões de reais no ano passado. Esse valor equivale a aproximadamente 20 vezes o distribuído pelo governo aos mais de 40 milhões de pessoas beneficiadas com o Bolsa Família, mas vai para apenas cerca de 3 mil famílias, segundo cálculos de Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). “O conservador sério é o que contém o gasto público”, disse Santos. “Como é que se pode chamar de conservador e sério quem elevou a dívida interna do País de 30% do PIB para mais de 60% do PIB, e isso sem investimento público, sem crescimento? Os economistas do mercado falam em medidas tomadas de acordo com os fundamentos econômicos, como se estivessem fazendo ciência. Que ciência, que nada! Não são cientistas. São aventureiros, que se aproveitam do baixo nível de mobilização do povo para impor essas ideias”, concluiu Santos, com toda a razão. A construção dessa moeda extravagante tem uma história política. Começa

com a repressão violenta contra os trabalhadores, em 1964, que os obrigou a engolir uma política salarial ancorada numa fórmula capciosa, em nome do combate à inflação. Até as máquinas sabem que o operário adianta seu trabalho e recebe, depois, pelo trabalho já feito. Os teóricos da ditadura inventaram uma fórmula de correção dos salários que funcionava como se o trabalhador recebesse um adiantamento pelo que ainda iria produzir. Os salários eram corrigidos primeiro a cada dois anos e depois anualmente. Mas não pelo valor aumentado do índice de preços ao fim do período, mas, sim, pela média das inflações mensais do período anterior. Com essa fórmula, como se dizia na

Como dizia o PT de antigamente: os trabalhadores têm de ir à luta, porque o grande empresariado brasileiro, no essencial, não acredita num desenvolvimento nacional independente

época, o salário dos trabalhadores subia pela escada, e o preço das mercadorias compradas por eles, pelo elevador. Esse sistema funcionou por um bom tempo, basicamente porque, a despeito do aprofundamento da desigualdade social e da enorme repressão política, o financiamento externo custava pouco e promoveu um grande crescimento da economia e do salário de muitas categorias de trabalhadores e outros profissionais. Quando a conjuntura mudou e os americanos, em 1978, iniciaram um triênio histórico de elevação das taxas de juros, como descrevemos em artigo nesta edição, a inflação disparou e os capitais de fora começaram a ser pagos - e não às taxas de juros fixas e baixas do período anterior, mas às taxas de juros flutuantes, uma espécie de correção

monetária das rendas do capital. O Brasil quebrou e mergulhou no pântano inflacionário. Essa foi a história da dívida antiga, da dívida externa. A dívida nova é obra, em grande parte, dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Mas a parte que cabe ao governo Lula e ao Partido dos Trabalhadores no desenvolvimento desse esquema financeiro absurdo não é menos importante. Lula colocou na presidência do BC outro craque da finança global, Henrique Meirelles. E ele completou a agenda da especulação financeira com um arremate essencial: tornou ampla e irrestrita a liberdade para entrada e saída dos capitais especulativos no Brasil. Se antes, por exemplo, um cidadão ou empresa brasileira não podia ter, no exterior, uma conta para operar no País com os benefícios concedidos aos não residentes aqui, hoje isso é perfeitamente possível. Nas leis aprovadas pelo Congresso existe o controle de capitais. Pelas portarias, normas e cartas circulares do BC comandado por Meirelles, não existe. No caso citado, graças à legislação própria que cria, o BC aceita, como não residente no País, qualquer fundo, mesmo de um brasileiro, desde que criado no exterior. O prestígio de Lula nasceu das grandes lutas dos trabalhadores em que ele esteve à frente a partir de 1978. O PT foi criado sob sua liderança para promover um novo modelo de desenvolvimento. No seminário do PSB, Humberto Costa, vice-presidente nacional do PT, fez um resumo do governo Lula e da experiência de seu partido. Relembrou a Carta aos Brasileiros, assinada em 2002 por Lula, então candidato à Presidência da República, por meio da qual seu partido resolveu assumir que, no poder, respeitaria os compromissos básicos do governo anterior. Relembrou os primeiros 18 meses do governo encabeçado pelo petista, quando se aplicou, disse ele, uma política econômica tão ou mais conservadora que a do governo FHC. Apresentou depois o que lhe parecem grandes avanços do País na área social, em boa parte devidos à liderança hábil e conciliadora do presidente. Mas concluiu que não será possível avançar mais apenas com a conciliação, sem rupturas. Costa não citou a decisão do PT, de 1999, que levou o partido a desligar-se do plano de grandes mobilizações ▶

do movimento Fora FHC, do qual fazia parte. Nem disse que o papel do partido na mobilização política do povo foi se restringindo cada vez mais, na mesma medida em que, a partir do segundo turno das eleições de 2002, tornava-se o preferido nas doações de dinheiro feitas pelas grandes empresas.

O problema é que, sem mobilização e elevação do nível de consciência e organização dos trabalhadores, o Brasil não conseguirá construir um novo modelo de desenvolvimento. Como dizia o PT de antigamente, o grande empresariado brasileiro,

no essencial, não acredita no desenvolvimento independente do País. Um desenvolvimento que use os capitais internacionais, é certo, mas sob controle, dentro de um plano autônomo, feito a partir da mobilização e organização das dezenas de milhões de trabalhadores e que contemple os interesses das centenas de milhares de pequenos e médios empresários. A antiga dependência nacional brasileira, da dívida externa, vem do período colonial inglês. Portugal, junto com a Espanha, centro do mundo em eras passadas, tornou-se um país

vassallo da Inglaterra. E o príncipe português, depois imperador dom Pedro I, em 1822, assumiu, em nome do povo do Brasil, os compromissos financeiros dos portugueses com os ingleses, em troca de uma independência negociada. A formação dos Estados nacionais independentes de hoje é anterior e se dá com grandes rupturas, as revoluções burguesas da Inglaterra, dos EUA, da França, que consolidam um sistema social novo, o capitalismo. Esses Estados capitalistas independentes são os que reorganizam o mundo antigo, subordinam os grandes impérios asiáticos da China e do Japão e os povos da atual Índia e criam dezenas de colônias em todos os continentes. O Estado nacional da Alemanha já se consolida numa era nova, a das rebeliões dos trabalhadores, descontentes com a dureza de suas condições de vida sob o capitalismo. É o Exército alemão que apoia o massacre do proletariado rebelado da Comuna de Paris pelas forças conservadoras francesas, em 1871.

O mundo de hoje assiste a uma nova e gigantesca transformação: a recuperação asiática, sob a liderança da China. É um mundo surgido também de enormes rupturas: a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial; o processo de independência de cerca de 90 países, com lutas heroicas, como as dos povos da Indochina, da Argélia e de Cuba; e, finalmente, o desmanche da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A experiência de outros povos tem muito a ensinar aos brasileiros. Essa foi uma das conclusões - e uma boa conclusão - do seminário do PSB. Nele se apresentaram chineses, bolivianos, chilenos, uruguaios e equatorianos para relatar as experiências de seus países no esforço de achar um novo caminho. Novo e socialista. Infelizmente, o eventual candidato do PSB à Presidência, Ciro Gomes, também não trata dessa busca de um novo rumo. A experiência brasileira é rica em ensinamentos. O governo João Goulart não foi deposto em 1964 apenas por seus erros e debilidades. Mas também por suas virtudes: por pregar as reformas de base e por apostar na mobilização, não só dos empresários nacionalistas, mas das amplas massas de trabalhadores. ■

Goulart dias antes do golpe: o presidente nacionalista foi derrubado por forças conservadoras



Comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13/3/1964 - Reprodução

AVELHA LUTA DE CLASSES

A proposta de redução da jornada de trabalho em tramitação no Congresso, amplamente apoiada pelas centrais sindicais, enfrenta resistência encarniçada dos patrões

por Gabriela Guedes



Folha Imagem

“UNIDADE NA ação”. Assim foi batizado o movimento que reúne as principais centrais sindicais e cujo foco tem sido concentrado especialmente em torno da emenda constitucional que propõe a redução da jornada de trabalho. Na ocasião, foi entregue ao Congresso Nacional um abaixo-assinado com mais de 1,5 milhão de assinaturas em prol da causa. Reivindicação de

grande interesse dos trabalhadores e tema quase indiscutível para os patrões, o tema, efervescente, além de estar em debate no Parlamento, frequenta as páginas dos jornais de maior circulação, que, no essencial, têm privilegiado as posições contrárias à diminuição do número máximo de horas trabalhadas semanalmente. A questão, que, logicamente, divide patrões e empregados,

pois traduz a disputa pela apropriação da riqueza produzida socialmente, também produz controvérsias na política, algo que pode ganhar um sabor especial em ano de eleição presidencial.

Causa histórica das entidades trabalhistas, a redução da jornada, por diversas vezes, foi tema de proposições no Congresso. A única dessas iniciativas que obteve apoio suficiente e se



Arruda e Paulinho: a PEC do senador, que tramita há 15 anos, é a forma mais justa, diz o deputado, de dividir o “grande ganho patronal”

desenvolveu no vagaroso sistema de tramitação da Câmara dos Deputados, entretanto, foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95, elaborada pelo então deputado (e atual senador) Inácio Arruda (PCdoB-CE). No texto da proposta de sua autoria consta a diminuição da jornada de trabalho – sem alteração do salário – de 44 para 40 horas semanais. Além disso, altera o valor pago pela hora extra trabalhada – que hoje é 50% superior ao da hora normal – para 75%.

APROVAÇÃO UNÂNIME

No longo tempo decorrido desde sua apresentação, a PEC de Arruda enfrentou debates, arquivamentos e reaberturas. Retomada em 2007, no ano seguinte foi criada uma Comissão Especial para apreciá-la. Contudo, somente no ano passado o relator da proposta, deputado Vicentinho (PT-SP), conseguiu apresentar suas conclusões. Seu relatório recebeu aprovação unânime dos membros da comissão.

A seguir, o substitutivo aprovado por Vicentinho e seus pares tornou-se alvo do exame de uma comissão geral – uma sessão plenária da Câmara que recebeu convidados envolvidos com o tema, com direito a voz – à qual compareceram representantes das centrais sindicais e diferentes nomes da opinião pública e dos segmentos relacionados ao cenário

trabalhista. Boa parte dessas pessoas se declarou favorável à aprovação da medida.

Apesar do apoio, os defensores da PEC encontram dificuldades para colo-

Os salários cresceram muito menos que a produtividade, dizem as centrais de trabalhadores

cá-la (e mantê-la) em pauta no plenário da Câmara, onde precisa ser aprovada em dois turnos, por no mínimo 308 votos. Os debatedores pró e contra a medida utilizam alguns poucos argumentos comuns, como o de que houve um grande aumento na produtividade do trabalho nos últimos anos e que isso influenciou diretamente os setores que mais empregam no País: a indústria, o comércio e a área de serviços. A partir daí, no entanto, as análises divergem diametralmente.

O argumento mais utilizado pelas seis principais centrais sindicais – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central

Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Nova Central e União Geral dos Trabalhadores (UGT) – é que apenas os empregadores ganharam com o aumento da produtividade, uma vez que não houve aumento significativo no valor dos salários nem redução na carga de trabalho.

2,5 MILHÕES DE VAGAS

O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, presidente da Força Sindical, defendeu em artigo de sua autoria publicado em fevereiro que “a maneira mais justa de dividir o grande ganho patronal é a redução da jornada”. Paulinho mencionou uma nota do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese) que conclui que a proposta tem potencial para gerar, liquidamente, mais de 2,5 milhões de postos de trabalho. O Dieese argumenta que, no Brasil, o peso dos salários no custo total de produção é baixo, em torno de 22%. Uma redução de 9,09% na jornada, como consta da PEC, representaria, portanto, um aumento no custo total de apenas 1,99%.

À parte a elevação do número de postos de trabalho, os apoiadores da PEC enumeram outros pontos em defesa da medida. Para os trabalhadores, individualmente, ela significaria mais tempo livre para aperfeiçoamento profissional e lazer e contribuiria para a redução dos

problemas de saúde relacionados com as atividades profissionais e do estresse. Para o conjunto da população, os benefícios viriam com aumento das vendas no comércio, redistribuição da renda e elevação da arrecadação previdenciária, devido ao maior contingente de contribuintes para o INSS.

Os empresários, no entanto, contra-argumentam que a aprovação da PEC não levará a tais resultados. E, dizem eles, por um motivo simples: se aprovada, a proposta resultará em demissões. Na visão dos representantes do setor patronal, em um cenário otimista, a aprovação da medida não alteraria o número de horas semanais trabalhadas por pessoa. Isso porque os empregadores dariam preferência ao pagamento de horas extras em detrimento de novas contratações.

Antônio Lisboa, um dos diretores nacionais da CUT, falando a *Retrato do Brasil* no início de março, explica, mencionando o estudo do Diesse, que a proposta defendida pelas centrais prevê um aumento na remuneração da hora extra exatamente para estimular as novas contratações. Para Lisboa, o argumento apresentado pelos patrões é “muito semelhante ao dos escravistas contrários ao fim da escravidão”. Segundo ele, isso se repetiu quando da primeira redução da jornada de trabalho (para 48 horas), estabelecida na Constituição de 1934 e, em seguida, na de 1989 (para 44 horas). “São argumentos ultrapassados e sem consistência, basta ver a história. O que eles querem é garantir somente para eles o aumento de produtividade que aconteceu no Brasil nos últimos 20 anos”, diz o sindicalista.

VELHOS ARGUMENTOS

Vicentinho faz ponderações semelhantes acerca da insustentabilidade de uma “fala já vista anteriormente e que, certamente, será vista em situações futuras”. De acordo com o parlamentar, a proposta uniu os trabalhadores e dividiu o setor empresarial. Segundo ele, uma parte dos patrões acena positivamente à mudança, enquanto outra, aquela que se sustenta nas previsões pessimistas, não tem a mínima flexibilidade no investimento de seu maior patrimônio, “os trabalhadores”.

Avessos à discussão estritamente teórica do assunto, mas concentrados nas reais consequências de uma redução da jornada de trabalho, os parlamentares

que representam os interesses dos empresários contrários à iniciativa buscam formas de retardar a tramitação da proposta, o que inclui até mesmo impedir seu agendamento na pauta. Isso porque, avaliam os que defendem a medida, se for a votação, a PEC certamente será aprovada.

Essa ameaça fez os empresários se organizarem. A publicação de inúmeros artigos em jornais nos últimos meses atacando a PEC e apresentando argu-

A mobilização dos patrões: nos últimos meses, os jornais publicaram diversos artigos contra a PEC

mentos de que a proposta é ruim para todos é uma das consequências de tal estado de atenção. Entre os engajados nessa missão há nomes como os de Aguinaldo Diniz Filho, presidente da Associação Brasileira de Indústria Têxtil e Confecção (Abit), de José Pastore, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e da Fundação Instituto de Administração, e de Antônio Delfim

Netto, ex-ministro, economista e professor emérito da mesma faculdade.

Quem está à frente dessa articulação, no entanto, é Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), um dos principais líderes do empresariado nacional. Em diversos artigos, o dono de uma das maiores empresas têxteis do Brasil esgrimiou outros argumentos contrários. Segundo ele, se a PEC for aprovada, haverá diminuição da produtividade e da competitividade das exportações brasileiras. Além disso, Skaf aponta graves dificuldades na manutenção de 99% das empresas brasileiras de pequeno e médio portes (responsáveis por 56% dos empregos).

O CASO FRANCÊS

Para ilustrar seus argumentos, o presidente da Fiesp citou o exemplo preferido dos representantes do patronato: a França, que, de acordo com ele, presenciou índices nunca vistos de desemprego após fixar a jornada semanal em 35 horas. Inspirado na forma que o presidente Nicolas Sarkozy encontrou para solucionar o problema, o empresário sugeriu debater uma proposta de redução em que haja incentivos fiscais e cuja adesão seja voluntária.

As declarações do pré-candidato ao governo paulista pelo PSB desagradam, em especial, a um grupo restrito entre os parlamentares defensores da redução

O candidato a governador Skaf e a deputada Erundina: socialistas em lados opostos no debate



Eduardo Knapp/Folha Imagem/Folhapress



Agência Câmara



Temer: o presidente da Câmara e do PMDB - que pode ser o candidato a vice de Dilma - tenta articular um acordo entre trabalhadores e patrões

da jornada: seus colegas de partido. “A situação do empresário contradita com sua filiação, sobretudo por desejar ser o candidato do partido ao governo de São Paulo”, diz a deputada Luiza Erundina (PSB-SP). “Por isso, ele se indis põe comigo e com vários outros companheiros do PSB, o que vai incompatibilizá-lo no momento em que for defender suas propostas. Ideias essas que contrariam a história, os compromissos e a origem de um partido que se pretende socialista”, diz.

Na mesma linha de pensamento de Skaf, o deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), questiona o caráter obrigatório do tema e a sua importância para os próprios trabalhadores. “Temos absoluta convicção de que a proposta não está na agenda do trabalhador. Trata-se de iniciativa de dirigentes sindicais colada no ano eleitoral. A votação, portanto, é absolutamente inoportuna. O empresariado não é contra a redução da jornada de trabalho. Quer, apenas, que ocorra pela livre negociação. Imposta por lei, não leva em conta as peculiaridades regionais e das empresas”, diz. De fato, em alguns setores da ativi-

dade econômica já prevalece a jornada menor que a estabelecida atualmente em lei. Luiza Erundina lembra, no entanto, que essa é uma conquista que precisa ser expandida e formalizada.

Um terceiro aspecto frequentemente apresentado para manter a redução da jornada apenas como resultado das nego-

“Não há notícia de que o empresariado tenha oferecido vantagens aos trabalhadores espontaneamente”

ciações de cada categoria é a comparação da situação brasileira com a de países como Argentina, México e Turquia, onde o número de horas semanais de trabalho supera 45. Arruda estranha o porquê de o parâmetro utilizado serem nações em estágio menos desenvolvido. “Devemos nos comparar aos países que vivem uma distri-

buição de renda mais adequada. Ele lembra que, no setor de serviços, o principal responsável pela oferta de vagas, as médias de trabalho são elevadas, ultrapassando as 50 horas semanais. Por isso, o parlamentar acredita que, caso a PEC seja aprovada rapidamente, “vamos conviver com uma tranquilidade enorme, exatamente pelo fato de a realidade do País estar longe da média citada pelo empresariado”.

POCHMANN: 36 HORAS

O senador pelo Ceará rebate a declaração de Skaf sobre o caso francês. Segundo ele, as demissões na França são resultado da crise mundial vivida por todas as nações, cujo ápice ocorreu no fim de 2008. Ele observa também que na Europa o índice de desemprego aumenta há anos, antes da redução da jornada francesa. Arruda também não concorda com a proposta de adesão voluntária à proposta, pois não há na história brasileira qualquer precedente em que isso possa se apoiar. “Não se tem notícia de que o grande empresariado tenha oferecido vantagens adicionais aos trabalhadores por livre e espontânea vontade”, diz. “Por isso, o mais seguro é ter a aprovação da redução pela imposição da lei.”

A opinião do parlamentar coincide com a de diversos nomes influentes na opinião pública e no cenário político brasileiro que já se declararam abertamente favoráveis à redução da jornada para 40 horas. Em depoimento à Comissão Geral, realizada em junho de 2009, Marcio Pochmann, presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada (Ipea), por exemplo, afirmou que a produção que o Brasil gerou no ano de 2008 permitiria empregar todos os trabalhadores se a jornada tivesse sido de 36 horas e 44 minutos.

No Judiciário também há adesões. Maurício Godinho Delgado, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e Cláudio José Montesso, ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, discursaram na Câmara em favor da aprovação da matéria. Além deles, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; Dom Dimas Lara, secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e Lais Abramo, diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, estão entre os que já apoiaram publicamente a mudança.

O JOGO DE TEMER

Na Câmara, o presidente da Casa, Michel Temer (PMDB-SP), vem intermediando as negociações entre parlamentares, trabalhadores e patrões, ampliando, dessa forma, a projeção de sua imagem na mídia e fortalecendo seu nome como candidato a vice-presidente na chapa a ser encabeçada pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Temer, que também preside o PMDB, o partido que conta com o maior número de assentos no Congresso, apresentou uma espécie de fórmula conciliatória: redução da jornada semanal de 44 para 42 horas, gradualmente, em dois anos.

Apesar dos esforços do dirigente peemedebista, ele pode não obter o acordo desejado. “As centrais têm disposição de negociar, mas precisam saber se os empresários aceitam discutir e chegar a algum termo”, diz Lisboa. “Só não aceitamos renúncia fiscal do Estado para implantação da nova jornada.” Vicentinho concorda que a proposta de Temer deve ser considerada e que está sendo apreciada pelos líderes e por aqueles envolvidos nas negociações. Já o senador Arruda considera que o razoável

seria manter a redução da jornada para 40 horas, a ser implantada gradualmente. O parlamentar fez questão de ressaltar, no entanto, que qualquer proposta só será levada adiante se acordada com as centrais sindicais.

A redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais faz parte das diretrizes de governo aprovadas pelo 4º Congresso Nacional do PT, realizado em fevereiro, que definiu Dilma como candidata do partido à Presidência. Essa posição dos petistas deve ser ponderada, no entanto. Isso porque o namoro do partido com o PMDB para a formação da chapa presidencial pode resultar num programa de governo diferente do puro sangue petista, inclusive nesse aspecto. Da comissão de economistas peemedebistas encarregados de formular as diretrizes do partido constam os nomes

As centrais pressionam pela votação – a Força e a CUT têm realizado atos semanalmente

de Delfim Netto e Henrique Meirelles, o presidente do Banco Central. E há claros sinais de que, como a própria posição do ex-ministro da Fazenda indica, esse grupo se colocará contra a redução da jornada. O que pode significar que, até para que o namoro resulte em casamento, a plataforma de uma eventual chapa PT-PMDB não incluirá o apoio à medida.

A influência das eleições pode, no entanto, ter outros desdobramentos, até mesmo contraditórios. Entre os argumentos que os empresários utilizam está o de que se trata de uma proposta com viés e intenções eleitorais. Embora os favoráveis à redução da jornada neguem essa acusação e relembrem o fato de que se trata de uma proposta que tramita no Congresso há 15 anos, não há dúvida de que as eleições deste ano vão interferir no desenvolvimento da proposição. Uma das formas de interferência se dará pelo fato de o pleito encurtar, na prática, o calendário parlamentar, que praticamente será encerrado no início

de julho e retomado somente após as eleições. E o pouco tempo que resta será quase totalmente ocupado pela votação dos projetos de lei relacionados ao petróleo da camada pré-sal e por uma série de outros assuntos definidos como prioritários.

MOBILIZAÇÃO DECISIVA

Um adiamento do exame da proposta para o ano que vem pode dar aos patrões um ganho de tempo fundamental, já que no cenário legislativo atual eles parecem estar carentes de uma figura que os represente legitimamente nessa questão. A agilidade e a organização demonstradas pelas legendas da situação até aqui contrastam com a aparente apatia da oposição nesse tema. Um exemplo é a ausência de pronunciamentos em relação ao assunto por parte do governador de São Paulo e provável candidato à Presidência pela oposição, José Serra (PSDB).

Apesar dessa diferença de comportamento entre os dois campos, Luiza Erundina avalia que a negociação no Congresso permanece difícil – não se deve esquecer que, além de conseguirem a aprovação da PEC na Câmara, as centrais precisam que ela seja examinada pelo Senado. A parlamentar lembra, no entanto, que há um processo de mobilização e de acúmulo de forças externo ao Congresso e que, sempre que isso ocorre, influencia profundamente a decisão da maioria.

Cientes das dificuldades, as centrais vêm organizando uma série de ações para pressionar pela votação o mais rapidamente possível. A Força Sindical e a CUT têm realizado manifestações semanalmente. Segundo Lisboa, a CUT já programou atividades a respeito até o final deste mês, com a participação semanal de representantes de pelo menos dois estados em manifestações realizadas em Brasília. Além disso, as lideranças sindicais estão procurando os parlamentares em suas cidades e estados. A CUT, como outras centrais, analisa uma proposta de paralisação nacional em prol da redução.

O calendário curto, dependendo do grau de mobilização dos trabalhadores, pode pesar a favor da aprovação da PEC. Afinal, quantos parlamentares se dispõem a enfrentar a recriminação de seus eleitores se estes foram convencidos de que a redução da jornada de trabalho é justa e necessária? ■

PRECONCEITO CONTRA O DIFERENTE

Ampliar a democracia não é fácil: no Senado brasileiro, conservadores emperram a tramitação de projeto de lei que pune quem discrimina homossexuais

por *Lia Imanishi*

NO BRASIL, os crimes de ódio por orientação sexual fazem entre cem e 200 vítimas fatais por ano, a maioria gays ou travestis. A incidência desses crimes se dá principalmente na região Nordeste. Para tentar alterar esse doloroso quadro, tramita há quase quatro anos no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLC) n° 122, que penaliza quem discriminar ou induzir à discriminação de homossexuais, bissexuais, travestis ou transexuais. O texto estabelece penas no Código Penal e na Consolidação das Leis do Trabalho para aquele que impedir a contratação e promoção profissional desses grupos por conta de sua orientação sexual, restringir o acesso deles a locais como bares, restaurantes e hotéis ou impedi-los de expressar sua afetividade em lugares públicos ou privados abertos ao público.

O PLC 122 foi apresentado em 2006 na Câmara dos Deputados por Yara Bernardi (PT-SP) e propõe a alteração da Lei 7.716, de 1999, que criminaliza o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.



Reprodução

A proposta demorou quase três anos para ser aprovada pelos deputados federais devido à forte oposição da chamada “bancada evangélica” e dos parlamentares conservadores em geral. Em novembro passado, obteve parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Estava na pauta da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Casa para ser votada em dezembro, mas dois requerimentos bloquearam a votação: um apresentado pelo ultra-conservador Magno Malta (PR-ES) e outro pelo evangélico Marcelo Crivella (PRB-RJ). Ambos pedem a realização de audiência pública para reexaminar o projeto.

EM 2008, 190 CRIMES

Não é difícil concluir que, num ano eleitoral como este, a tramitação de uma proposta com tal conteúdo será muito difícil. De qualquer forma, mesmo que aprovado pelo Senado, o PLC terá de retornar à Câmara por conta de emenda apresentada pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), que, embora seja uma das maiores defensoras do projeto, pretende incluir em sua redação a punição pela discriminação de idosos e deficientes.

Fátima tem sido assessorada pelo ativista gay Caio Fabio Varela, um dos elaboradores do programa federal Brasil Sem Homofobia, lançado em 2009 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Conforme dados do programa, a cada três dias de 2008 ocorreu pelo menos um crime de ódio por orientação sexual no País. Mas a situação pode ser ainda pior. Em abril de 2009, o Grupo Gay da Bahia, a mais antiga entidade brasileira do gênero, divulgou resultados de pesquisa nacional sobre crimes com motivação homofóbica que mostram que 190 homossexuais foram assassinados no Brasil em 2008 – um assassinato, em média, a cada dois dias. Desse total, 64% das vítimas eram gays, 32% travestis, e 4% lésbicas. Os estados com mais homicídios em números absolutos foram Pernambuco (27), Bahia (25), São Paulo (18) e Rio de Janeiro (12). Em termos relativos, o Nordeste é a região mais homofóbica: abriga 30% da população brasileira e registrou 48% dos homossexuais assassinados.

Outra pesquisa nacional sobre o assunto foi realizada em fevereiro do ano passado pelas fundações Perseu Abramo

e Rosa Luxemburgo. Das 2.014 pessoas maiores de 16 anos entrevistadas em 150 cidades brasileiras, apenas 1% se declarou sem preconceitos contra homossexuais. Entre os preconceituosos assumidos, 16% admitiram ter “forte preconceito”, a ponto de considerarem os gays “doentes”, “safados” ou “sem caráter”. Mais de um quarto declarou “não gostar de gays, lésbicas, travestis ou transexuais”.

A ONG Estruturação, que luta pela defesa dos direitos humanos, realizou pesquisa em Brasília, em junho de 2008, que registrou que o preconceito é maior entre os homens: 21,2% deles afirmaram que deixariam de se consultar com um médico caso descobrissem ser ele gay ou bissexual. Já entre as mulheres, 9,6% fariam o mesmo se a médica fosse lésbica ou bissexual. Contritoriamente, no entanto, 67,4% dos entrevistados se disseram favoráveis ao PLC 122.

“É importante para homossexuais, bissexuais e transgêneros se assumirem”

Essa pesquisa também apontou que o convívio com homossexuais e bissexuais na família ajuda a diminuir a discriminação. Entre os parentes de pessoas pertencentes a esses grupos, apenas 7,3% responderam que sentem vergonha pelo fato. Já entre os que declararam não possuir parentes homossexuais e bissexuais, 24,1%, avaliaram que se trata de vergonha para a família. “Quanto mais as pessoas convivem com lésbicas, gays, bissexuais e travestis, menos elas têm ideias discriminatórias. Isso também demonstra o quanto é importante para homossexuais, bissexuais e transgêneros se assumirem”, avalia o titular da Coordenação de Pesquisas do Estruturação, José Jance Marques.

O preconceito contra os não heterossexuais não é um problema só no Brasil. Atualmente, a homossexualidade é considerada crime em mais de 85 países. As legislações de Irã, Afeganistão, Arábia Saudita, Sudão e Iêmen consi-

deram as relações sexuais entre homens puníveis com pena de morte. No Irã, por exemplo, desde a chamada Revolução Iraniana, de 1979, 4 mil pessoas já foram executadas por ser homossexuais – uma média de 153 por ano.

A homossexualidade figurou na lista de distúrbios psicológicos da Organização Mundial da Saúde (OMS) até 17 de maio de 1999, data que se tornou o Dia Internacional da Luta contra a Homofobia. A despeito disso, nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) realizadas em 2003 e 2004, representantes do Brasil não conseguiram colocar em votação a proposta de resolução que pedia “que todos os países garantam os direitos à vida, à liberdade, à segurança das pessoas, seja qual for sua orientação sexual”, e que ninguém seja torturado ou punido legalmente por sua orientação sexual. Os representantes de países muçulmanos e o Vaticano impediram a votação.

PRECONCEITO GLOBAL

Em 2008, 66 dos 192 representantes de países-membros da ONU firmaram declaração apresentada pela delegação francesa que exigia a descriminalização universal da homossexualidade e o fim da penalização legal com base na orientação sexual. Dos representantes de nações de grande porte do Ocidente, apenas os americanos não assinaram a declaração, alegando que ela poderia envolver o governo federal em questões de jurisdição estadual.

Os representantes de outras 60 nações rejeitaram a proposta, sob o argumento de que as leis sobre o tema devem ser deixadas a cargo de cada país. O embaixador da Síria, Abdullah al-Hallaq, que falou em nome desses países, afirmou que a declaração poderia legitimar atos deploráveis, como a pedofilia. O observador permanente do Vaticano na ONU, arcebispo Celestino Migliore, acrescentou que ela poderia fazer que “toda norma que não coloque sobre o mesmo plano toda orientação sexual possa ser considerada contrária ao respeito aos direitos do homem”. “Estados que não reconhecem uniões do mesmo sexo como matrimônio serão punidos e colocados sob pressão”, disse. São os mesmos argumentos que o senador Malta tem utilizado para defender a retirada do PLC 122 da pauta de votações na CDH do Senado. ■

AINDA SEM RUMO

A ditadura afastou o Brasil da rota do desenvolvimento nacional independente. Com 25 anos de Nova República, o País ainda não reencontrou esse caminho

por *Marcos Montenegro e Raimundo Rodrigues Pereira*

A PRINCÍPIO, nada parece mais disparatado: comparar o desenvolvimento dos anos 1964-1984 com o dos anos 1985-2009. Do ponto de vista político, de fato, é comparar a noite com o dia: a ditadura militar é o período das cassações, da censura, da tortura, do assassinato de presos políticos e do desaparecimento de seus corpos. A redemocratização completa neste ano um quarto de século, dentro de um clima de liberdades políticas inédito no País. Do ponto de vista econômico, também há diferenças importantes: o Brasil nunca cresceu tanto quanto sob os 20 anos de governos militares e nunca tão pouco como agora.

Uma coisa, no entanto, os dois períodos têm em comum: neles, o Brasil seguiu o rumo do desenvolvimento dependente dos interesses

e dos humores do grande capital financeiro internacional. Os militares foram financiados por esses capitais desde o golpe. O grande surto de crescimento sob a ditadura, nos anos 1968-1973, a taxas médias de 10% ao ano, foi ancorado no capital estrangeiro. A continuidade da expansão, nos anos 1974-1980, a taxas ainda muito expressivas, manteve-se pela multiplicação do endividamento de 10 bilhões de dólares para 100 bilhões de dólares. Pode-se dizer que o Brasil se manteve curvado sob o peso dessa dívida nos 12 anos seguintes, até 1992.

A dívida externa era problema antigo, da época do imperador d. Pedro I. No entanto, em 1992, no segundo governo da Nova República, começou um processo que a transformaria completamente. O governo elevou os

juros pagos pela dívida interna a um patamar recorde, para atrair dólares. Essa política, como mostraremos, persiste até hoje. Em 1995, somadas todas as formas de capital estrangeiro no País, chegava-se a 29% do PIB brasileiro. No ano passado, a 70%. Pode-se descontar dessas porcentagens as correspondentes aos investimentos brasileiros no exterior, aí incluídos cerca de 200 bilhões de dólares que o País tem em moedas e títulos de governos estrangeiros na forma de reservas. Mesmo assim, o que se obtém, o chamado passivo líquido do Brasil, quase duplica no período: pula de 21,5% do PIB para 37,7%.

Nos últimos 40 anos, o Brasil mandou para o exterior, em média, por ano, o equivalente a 2,5% do seu PIB, a título de lucros e juros do capital

Todas as imagens: Reprodução



estrangeiro investido aqui. As remessas são desiguais. São menores nas fases em que os capitais estão se instalando no País. Foi o caso, por exemplo, dos anos 1968-1973, o período do “milagre econômico”. Mas, na crise, essas remessas aumentam. Quando o Brasil quebrou, em 1982, as remessas dispararam, chegaram a 6% do PIB, em 1984. Evidentemente, uma coisa tem a ver com a outra: o pagamento da dívida é, de certa forma, o preço do “milagre”.

A ANOMALIA É A REGRA

Hoje está instalado um novo ciclo de investimentos de capitais estrangeiros no País. A questão é: como eles serão pagos? Com uma nova crise, tão ou mais violenta que a anterior? Para responder, vamos, de início, olhar para o centro do império ao qual o Brasil está subordinado.

No final dos anos 1970, os americanos também introduziram uma política de juros altos para atrair capitais e dominar a inflação. O Federal Reserve (Fed), o banco central americano, elevou os juros de curto prazo, que paga nas negociações com os bancos no *overnight*, de um dia para o outro. Durante três anos, entre 1979 e 1981, o Fed pagou pelo dinheiro de curto prazo que tomava emprestado dos bancos, dando-lhes em troca títulos, os *fed funds*, e taxas de juros de até quatro vezes as médias pagas em anos anteriores: de cerca de 4% a 5% ao ano, elas pularam para 12% a 16% ao ano. A anomalia não estava apenas no fato de as taxas serem excepcionalmente altas, mas também no de serem superiores às pagas pelos títulos do Tesouro americano de prazo muito mais longo. Os

de dez anos, por exemplo, nesses anos de 1979 a 1981, pagaram entre 10% e 14% ao ano.

Depois desse choque anti-inflacionário, no entanto, os juros americanos voltaram ao normal. Nos EUA, como em todos os outros países capitalistas desenvolvidos – e mesmo em emergentes como a China –, o normal é pagar pelo dinheiro de curto prazo

Nos EUA, o remédio dos juros altos foi aplicado por três anos. Aqui, já são dezoito

taxas bem menores do que aquelas pagas por dinheiro tomado a prazo mais longo, que são empréstimos mais arriscados, obviamente. Nos EUA, no início de março, por exemplo, os *fed funds* pagavam 0,14% na taxa anualizada, e os títulos do Tesouro de dez anos, 3,62%. Na Alemanha, os valores correspondentes são 0,66% e 3,14%. Na China, 1,95% e 3,32%. No Brasil, no entanto, a anomalia transformouse na regra. Juros no *overnight* muito altos – os maiores do mundo – e juros de longo prazo mais baixos que os de curto prazo persistem no Brasil desde 1992. No início de março, o BC pagava no *overnight* 8,65% ao ano, e o Tesouro, por títulos de dez anos, 6,16% anuais.

Como se explica essa aberração? Em parte, pelo gigantesco processo

inflacionário que o País viveu entre o fim da ditadura e o início do Plano Real, em meados de 1994. O juro corresponde a um contrato no qual se empresta dinheiro para receber, mais adiante, um pouco mais que o emprestado. Mas, se se recebe o emprestado numa moeda desvalorizada, pode ser que o valor perdido com a inflação seja maior que os juros estabelecidos no contrato. Com a inflação brasileira galopando, chegando, em alguns anos desse período, a mais de 1.000%, é compreensível que os juros disparassem e que prevalecesse o mercado de dinheiro de curtíssimo prazo. Quem iria emprestar a prazo mais longo sem saber que valor real, na compra de bens e serviços, o dinheiro iria ter um mês, um ano, dez anos adiante?

REPRESSÃO X INFLAÇÃO

A inflação da época do governo democrático de João Goulart (1961-1964), de cerca de 80% ao ano, foi um pretexto para o golpe que o depôs. A ditadura militar que se instalou então desde o começo combateu a inflação. Usou dois instrumentos básicos. O essencial foi a repressão política, que proibiu e mesmo destruiu as organizações e lideranças mais combativas dos movimentos de trabalhadores. A segunda fórmula dos militares foi a indexação dos preços dos ativos financeiros. Eles queriam um sistema financeiro como o americano. Criaram um banco central copiado do modelo americano. Criaram títulos da dívida pública e operações de *overnight* como os dos EUA e estabeleceram para esses títulos correção monetária e cambial, para compensar a desvalorização da moeda brasileira diante do dólar. ▶



Esse sistema funcionou em alguns setores, mas não serviu para financiar a dívida pública interna, porque a correção monetária era feita previamente e os grandes capitalistas não emprestavam ao governo interessado em fixar a inflação futura em patamares sempre mais baixos do que os efetivamente realizáveis.

A QUEBRA DOS PAÍSES

Com a dívida externa foi diferente. No período do “milagre”, entrou no País muito capital externo, na forma de investimentos diretos e de empréstimos dos bancos. Os empréstimos foram a prazos e juros mais favoráveis. Correspondiam, principalmente, à conjuntura internacional que ainda se vivia, dos chamados anos dourados do capitalismo, do pós-guerra ao início dos anos 1970. Correspondiam, também, ao esforço do grande capital internacional para consolidar a ditadura.

Essa situação mudou a partir da turbulência financeira que assolou o sistema capitalista a partir de 1972, com a crise do dólar, a inflação e a

quebra, pelos EUA, dos compromissos de garantia em ouro para sua moeda, estabelecida nos acordos de Bretton Woods. A partir daí, os grandes bancos passaram a corrigir os seus empréstimos ao Terceiro Mundo com juros flutuantes. Isso, associado à subida espetacular dos juros promovida pelo Fed, levou à quebra em série dos países endividados, entre os quais, em 1982, o Brasil.

O governo Sarney cria a Selic, o juro que eleva, todo dia, o valor da dívida pública

A quebra do País já se deu numa nova conjuntura interna e externa. Internamente, a oposição começava a crescer, tanto no Parlamento, onde a ditadura manteve eleições limitadas,

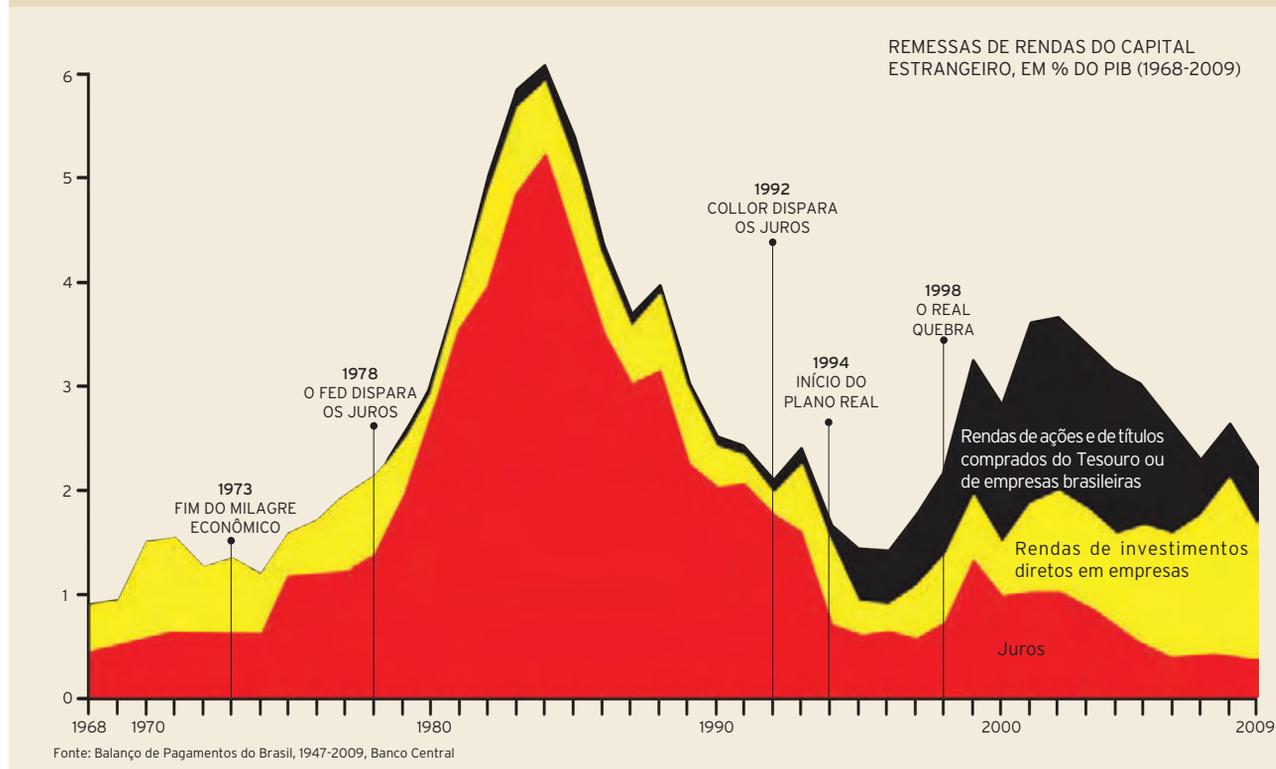
como nas fábricas, nas ruas. Em 1978, explodiu um enorme movimento grevista, e 1984 foi um ano de gigantescos comícios por eleições direitas.

Em 1985, a ditadura chegou a um fim negociado. Tomou posse o primeiro presidente da Nova República, José Sarney, que teve no combate à inflação seu grande teste. Seu governo criou o inovador sistema de indexação diária do valor dos títulos públicos que persiste até hoje. Os papéis são remunerados pela Selic, a taxa média paga, no dia, no Sistema de Liquidação e Custódia, o aparato de grandes computadores do Banco Central que executa as ordens de compra e venda dos papéis leiloados pelo Tesouro ou pelo BC, registra as trocas desses papéis negociadas dentro do sistema financeiro privado e, assim, vigia o seu processo de valorização.

Mas Sarney não fez seu sucessor. O Cruzado, a despeito das inovações, apoiou-se num congelamento amplo de preços que não se sustentou. Em 1987, Sarney suspendeu os pagamentos da dívida externa, mas não foi bem-

Uma dívida nova e mais cara

A velha custava pouco. Depois, cobrou uma montanha de juros. A nova, com seus três tipos de remessas, já começou mais cara



sucedido e voltou atrás. Em 1988, iniciou uma abertura da conta de capitais do País visando, em princípio, atrair divisas evadidas clandestinamente.

No plano internacional, os americanos se recuperavam. Entre 1981 e 1989, sob o comando de Ronald Reagan, iniciaram a nova cruzada liberal. O sistema financeiro do país começava a se agigantar em relação aos setores produtivos. No fim desse período, seu grande alvo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o “império do mal”, entrou em convulsão. Em 1989, exatamente na época das primeiras eleições diretas para presidente no Brasil, caiu o Muro de Berlim, como uma espécie de símbolo do fracasso do modelo socialista de desenvolvimento.

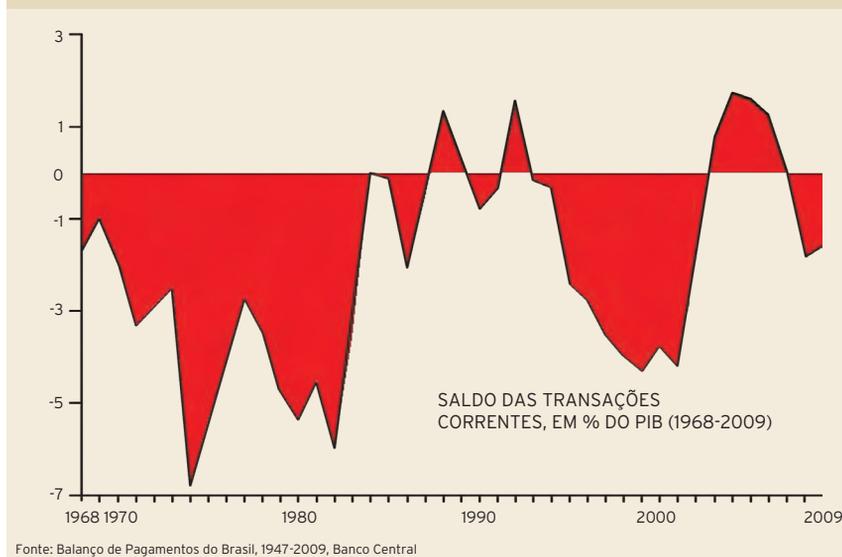
ESTÁVEL E EXTRAVAGANTE

A eleição daquele ano colocou na Presidência do País Fernando Collor de Mello. Em 1990, ele fez um espetacular esforço para conter a inflação ancorado num sistema de confisco da poupança. Como Sarney, fracassou. Trocou, então, sua equipe de financistas, e os novos criaram as bases da política atual de juros reais, sempre positivos e muito altos, por meio de uma combinação, finamente ajustada, da correção dos juros diários pagos pela Selic e da correção cambial nos pagamentos externos, que também era praticamente diária. Esse prêmio, dos juros reais mais altos do mundo e de correção diária do dólar, atraiu capitais e elevou para mais de 50 bilhões de dólares as reservas em moeda estrangeira do País. Com base nessas reservas, uma nova turma de financistas, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, o vice que assumiu com o impeachment de Collor, elaborou o Plano Real e criou a moeda que sobrevive até hoje.

O real puxou dólares para o País com juros descomunais no *overnight* – nos primeiros dias do plano, o equivalente a 140% ao ano. Durante todas as grandes crises financeiras internacionais dos anos 1995 a 1998 – a do México, da Ásia, da Rússia e, finalmente, a do próprio Brasil –, a forma de garantir a chamada estabilidade monetária foi elevar os juros brutalmente até os capitais de fora se acalmarem.

Os sinais da crise

Nos últimos quatro anos do governo Lula, o saldo de transações correntes do País despencou. E a tendência é piorar muito



Isso provocou um extraordinário aumento da dívida pública e do custo anual de seu pagamento. Entre 1995, o primeiro ano de governo de Fernando Henrique Cardoso, e 2003, primeiro ano do governo Lula, a dívida pública líquida do Brasil – dívida interna mais dívida externa menos as reservas – subiu de 30% para 55% do PIB brasileiro. E o custo de seu pagamento anual foi de 2,5% para cerca de 4% do PIB no mesmo período.

O tripé – juro alto, superávit primário e câmbio flutuante – se completou com a crise do real

Quando se comparam os anos dessa estabilidade monetária extravagante, ancorada em juros recordes e em mecanismos de curto prazo, o que caracteriza tanto os governos de Fernando Henrique como os de Lula, é preciso fazer algumas distinções. Primeiro, uma divisão do período FHC em duas etapas. A de seu mandato inicial, de 1995 a 1998, quando se pretendeu sustentar um real forte, próximo da paridade com o dólar,

com um endividamento massivo. Imaginava-se que, com isso, o País poderia importar especialmente a tecnologia avançada necessária para a modernização de seu parque industrial e de sua economia.

As sucessivas crises do mercado financeiro internacional nesse período destruíram essa ilusão. Quando percebeu a iminência de ver o País quebrar em 1998, antes das eleições que afinal o reelegeriam, Fernando Henrique acertou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a regra, inscrita no que seria depois a Lei de Responsabilidade Fiscal, de o País estabelecer como norma gerar o chamado superávit primário obrigatório, todos os anos, para pagar juros da dívida e assim impedir o seu crescimento descontrolado.

MÁGICO E FLUTUANTE

No segundo mandato de FHC, surgiu, ao lado dos juros reais e do superávit primário, a última ponta do tripé da política econômica oficial, que ele legou ao governo Lula. No começo de 1999, o mercado quebrou o real. As políticas de paridade da moeda nacional com o dólar haviam sido feitas com apoio do FMI não só no Brasil, mas em diversos outros países, como na Argentina e no México. Mas foram jogadas no lixo. Fernando Henrique dispensou também seus velhos financistas. Colocou um novo presidente no BC, Armínio Fra-

ga. Este chegou com a fórmula mágica que faltava, o câmbio flutuante.

Nem Fraga nem o presidente do Banco Central escolhido por Lula no fim de 2002, Henrique Meirelles, usaram um câmbio flutuante mágico ideal, que faria parte dos “fundamentos” indiscutíveis da ciência econômica. Em 2002, Armínio tentou equacionar graves problemas de endividamento de empresas brasileiras, que tinham tomado dólares em reais fortes e deveriam pagá-los, com muito mais dificuldade, em reais anêmicos – um dólar chegou a ser comprado com cerca de quatro reais no final do terceiro trimestre daquele ano. Fraga criou, então, os chamados *swaps* cambiais. Resumidamente, eles funcionavam assim: um devedor tinha dívida em dólar a vencer. Ele gostaria de pagá-la com o real valorizado. O BC de Fraga apostava que o dólar iria se valorizar e fazia um *swap*, uma troca da dívida em dólar por uma dívida com o BC em reais. E o BC perdia, porque o real não se valorizava.

SWAP E REVERSO

Meirelles manteve essa política por dois anos. Em fins de 2004, numa nova conjuntura, o real começou a se valorizar. Quem começou a perder dinheiro foram, então, os nossos exportadores: para cada dólar exportado, recebiam menos reais. Para compensá-los, Meirelles criou os *swaps* cambiais reversos. O exportador queria receber suas exportações com o dólar valendo mais. O BC apostava que isso iria acontecer. O exportador fazia o *swap* reverso: trocava o crédito de suas exportações em dólar pelo papel do BC em reais.

Resumo dos *swaps* cambiais e dos *swaps* cambiais reversos: o Tesouro Nacional, que paga os prejuízos do BC, perdeu dezenas de bilhões de reais, na ida e na volta, nuns e noutros.

Em setembro de 2008, com a grande crise do sistema capitalista, os *swaps* do BC foram suspensos numa situação dramática. O real começou a se valorizar rapidamente. Os contratos de *swap* cambial reverso e outras formas de contratos de aposta nas variações do real provocaram danos mortais em várias empresas exportadoras, como a Sadia e a Aracruz, e o governo teve de organizar operações bilionárias para socorrê-las.

O capital em ações deles é melhor...

As ações dos estrangeiros aqui rendem em média o dobro das dos brasileiros no exterior

Total acumulado e rendas anuais dos investimento em ações e títulos de renda fixa (capital estrangeiro no Brasil e capital brasileiro no exterior), em bilhões de dólares. E rendimento dos estrangeiros e dos brasileiros (renda anual/total do investimento), em %											
	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Investimento brasileiro em carteira no exterior	55,0	34,8	42,3	43,7	56,2	62,3	64,6	94,9	203,5	215,1	256,9
Receita do investimento em carteira brasileiro	1,0	0,9	1,5	1,4	1,3	0,7	0,8	3,1	7,0	8,7	5,8
Investimento estrangeiro em carteira no Brasil	101,6	162,8	152,3	137,4	166,1	184,8	232,6	300,5	509,6	287,5	563,3
Renda do investimento estrangeiro em carteira	4,9	9,4	11,1	9,8	10,1	11,1	12,6	14,1	14,0	16,7	15,0
Rendimento dos investimentos brasileiros em carteira	1,70%	2,5%	3,5%	3,2%	2,4%	1,2%	1,2%	3,2%	3,4%	4,0%	2,3%
Rendimento dos investimentos estrangeiros em carteira	4,8%	5,8%	7,3%	7,1%	6,1%	6,0%	5,4%	4,7%	2,8%	5,8%	2,7%

Fonte: Banco Central, Balanço de Pagamentos, 1947-2009.

E notas à imprensa sobre o setor externo da economia, Posições de Investimento, julho de 2004, julho de 2007 e fevereiro de 2010.

A continuidade da política financeira do governo Lula em relação à do governo FHC não vem de mecanismos econômicos automáticos ideais, como se vê. Decorre de decisões políticas. Além disso, trata-se de continuidade em uma conjuntura muito diferente. Muita coisa precisou mudar para que tudo

EUA: de um lado, sucesso financeiro. De outro, o maior déficit comercial da história

continuasse na mesma. No plano internacional, as mudanças foram dramáticas. O fortalecimento do setor financeiro da economia americana se deu simultaneamente à transferência de boa parte de suas fábricas para a Ásia. Ao esvaziar seu setor produtivo, os americanos passaram a acumular um déficit na balança comercial que foi de menos de 50 bilhões de dólares em 1981 para perto de 1 trilhão de dólares em 2007.

Os chineses são os que mais se aproveitam da nova conjuntura criada. Em 1978, a China realizou reformas profundas. Praticamente acabou com o sistema de comunas rurais, instituiu o arrendamento das terras, deu mais liberdade de iniciativa econômica aos

camponeses, aprimorou o seu sistema produtivo estatal, concentrando-o em setores estratégicos, e reduziu o número de empresas estatais, de cerca de 250 mil para aproximadamente 150 mil. Ao mesmo tempo, mas sem abrir a conta de capitais para o ingresso indiscriminado de investimento estrangeiro, promoveu uma abertura controlada para o exterior, buscando atrair capital produtivo e tecnologia.

ASCENSÃO DA CHINA

Até 1980, as exportações chinesas eram menores que as do Brasil. Em 1990, já eram o dobro. Em 2000, a China já exportava mais que o Reino Unido. E seguiu nesse ritmo, batendo todos os outros grandes exportadores mundiais: o Japão, os EUA e, finalmente, no começo deste ano, a Alemanha. Ao mesmo tempo, os chineses passaram a importar, para suas gigantescas obras de infraestrutura e para a elevação do padrão de consumo de algumas centenas de milhões de pessoas que se mudaram dos campos para as cidades, quantidades monumentais de matérias-primas minerais e agrícolas, cujos preços dispararam.

O Brasil se beneficiou muito dessa nova situação. Suas exportações, concentradas exatamente nesses produtos, cresceram muito. O saldo de sua balança comercial, que ficara negativo nos primeiros seis anos de governo FHC, nos dois últimos começou a dar saltos. Nesse mesmo ritmo acelerado, chegou,

no governo Lula, em 2006, perto de 50 bilhões de dólares.

No setor financeiro, no entanto, os resultados da abertura, para o Brasil, foram muito diferentes. Aqui, a maior parte do capital que entrou não foi para aumentar o investimento produtivo existente, mas para adquirir o controle ou fração de empresas já existentes, em boa parte públicas – no caso do governo FHC – e privadas, nos dois governos, FHC e Lula. Uma medida desse movimento especulativo é a compra e venda de ações e títulos de renda fixa brasileiros pelo capital estrangeiro. Entre 1996 e 2009, entraram e saíram do País, todo ano, dezenas de bilhões de dólares; de um modo geral, as entradas foram maiores, mas, nas épocas de crise, as saídas passaram à frente. Na grande crise de 2008, por exemplo, entraram 266 bilhões de dólares de investimento em carteira, concentrados no primeiro semestre do ano, e saíram 267 bilhões de dólares, concentrados no segundo semestre, quando a crise eclodiu. E o País cresceu muito pouco: em média, 2,7% ao ano de crescimento do PIB no primeiro mandato de FHC, com o câmbio fixo; 2,2% no segundo mandato de FHC, já com o câmbio flutuante; e 3,6% nos sete anos de mandato de Lula.

O PLANO ERA MODERNO

O argumento dos liberais para a abertura da conta de capitais do País no governo FHC era a atração de capitais para a modernização da economia do País. Uma comparação da composição das exportações brasileiras e das chinesas em 2004 mostra como isso não aconteceu. Em porcentagem do comércio mundial naquele ano, as principais exportações brasileiras eram: sementes e frutas oleaginosas (21,08%), minério de ferro e concentrados (30%), carne (7,57%) e alimentos para animais (10,23%). Nos mesmos termos, as chinesas eram unidades de processamento digitais (15,65%), equipamentos e acessórios de comunicação (11%), partes e acessórios para máquinas de escritório e de processamento automático de dados (10,7%), brinquedos e materiais esportivos (26,19%).

No governo Lula, a política que se seguiu foi a de paralisar o processo de venda das estatais, mas se manteve o veto implícito a o Estado assumir novas atividades produtivas e se passou a

... e o capital direto deles é melhor ainda

Em média, a renda dos investimentos diretos estrangeiros aqui é quatro vezes a dos nossos lá fora

Total acumulado e rendas anuais do investimento direto (capital estrangeiro no Brasil e capital brasileiro no exterior), em bilhões de dólares. E rendimento anual dos estrangeiros e dos brasileiros (renda anual/total de investimento), em %											
	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Investimento direto brasileiro no exterior			50,7	54,4	54,9	69,2	79,3	107,4	136,1	162,2	157,7
Receita do investimento direto brasileiro	0,8	1,0	0,4	1,0	0,9	1,1	0,7	1,1	2,2	2,0	1,3
Investimento direto estrangeiro no Brasil	48,7	122,3	121,9	100,8	132,8	161,3	195,6	236,2	309,7	287,7	401,2
Receita do investimento direto estrangeiro	3,3	4,2	5,0	6,0	6,0	6,9	11,0	13,9	19,7	28,8	21,0
Rendimento do investimento direto brasileiro			0,7%	1,8%	1,6%	1,6%	0,9%	1,0%	1,6%	1,2%	0,8%
Rendimento do investimento direto estrangeiro			4,1%	5,9%	4,5%	4,3%	5,6%	5,9%	6,4%	10,0%	5,2%

Fonte: Banco Central, Balanço de Pagamentos, 1947-2009.

E notas à imprensa sobre o setor externo da economia, Posições de Investimento, julho de 2004, julho de 2007 e fevereiro de 2010.

incentivar as chamadas multinacionais verde-amarelas. Se o capital estrangeiro tem multinacionais, que enviam lucros para suas matrizes, por que o Brasil não poderia ter as suas múltis, que fariam o mesmo, engordando a conta de rendas do País com os lucros enviados para cá?

O endividamento novo era para modernizar, dizia a tese. Mas os fatos não ajudaram

A tese poderia parecer razoável. Pena que os fatos a desmintam. Há uma enorme diferença entre o que os capitais estrangeiros mandam como renda para fora do Brasil e o que os “nossos capitais” trazem para cá. Entre 2000 e 2009, os investimentos em carteira – ações e títulos de renda fixa – dos estrangeiros no Brasil levaram para fora, todo ano, 5,3% do seu valor. Mas os dos brasileiros lá fora trouxeram para cá apenas 2,7% do seu valor. Em relação aos investimentos diretos em empresas, no mesmo período, a diferença foi maior: os estrangeiros levaram 5,8%, e os brasileiros trouxeram 1,3%.

Uma medida dos problemas que o País pode ter logo à frente é o seu défi-

cit nas chamadas transações correntes. É a conta que soma o saldo da balança comercial (exportações menos importações) aos das contas de serviços e rendas, nos quais estão os rendimentos do capital e os dos diversos serviços – transportes, turismo, seguros, *royalties*, aluguéis de equipamentos. Historicamente, o Brasil tem déficit na sua conta geral de serviços e rendas. Assim, se não obtém um saldo em sua balança comercial para cobrir esse déficit, só consegue fechar suas contas se entrar capital estrangeiro. Mas o que entra precisa ser remunerado. Então, cobrir o buraco das contas correntes com capital estrangeiro – de empréstimo ou mesmo de investimento – é jogar o problema para a frente.

O Brasil teve déficits entre grandes e enormes nas transações correntes nos dez anos de Fernando Henrique como ministro da Fazenda e presidente. No governo Lula, teve saldos entre modestos e médios nos três primeiros anos. Em 2006, o saldo caiu. Em 2007, quase zerou. Em 2008 e 2009, o déficit voltou, muito grande. A estimativa do Banco Central do Brasil para o déficit de transações correntes deste ano é de 40 bilhões de dólares. O economista Yoshiaki Nakano, da Fundação Getúlio Vargas, diz que, mantidas as atuais tendências, o buraco poderá chegar a 80 bilhões de dólares em 2012. A experiência recomenda que se mude a política econômica, para evitar um desastre. ■

Banda Larga

UM PLANO PARA CONECTAR O BRASIL

A discussão do Plano Nacional de Banda Larga finaliza arranjos políticos e técnicos e aguarda o carimbo presidencial. Na Europa a universalização do acesso de alta velocidade já é realidade

por Rafael Hernandes



A IMPORTÂNCIA DA internet como item essencial para o acesso à educação e à informação já não é novidade. Países como Finlândia e Estônia, por exemplo, criaram leis que transformaram o acesso em alta velocidade num direito humano tal como a saúde e a educação. Um estudo recente do Banco Mundial aponta que um aumento de 10% nesse tipo de acesso pode elevar em até 1,4% o PIB de países emergentes.

Em 1998, o governo Fernando Henrique Cardoso realizou no Brasil um leilão que privatizou o sistema Telebrás – responsável por mais de 95% dos serviços públicos de telecomunicações – com a promessa de que “mais avanço, tecnologia e eficiência” viriam. Mais de dez anos se passaram e, no entanto, o acesso em “alta” velocidade é artigo de luxo de 12 milhões de assinantes de banda larga (fixa e móvel), o que representa menos de 10% da população, 60% concentrados na região Sudeste (40% apenas em SP).

De acordo com a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), a banda larga é serviço privado e as operadoras têm liberdade de estabelecer preços e condições para um serviço de interesse público. Com essa facilidade, as conhecidas teles cobram mais onde não há concorrência, e o poder aquisitivo é menor, compensando com preços mais baixos as regiões mais ricas. As empresas rebatem a falta de universalização do acesso alegando que as tarifas são proporcionais ao investimento que têm de fazer e que, quanto mais distante dos grandes centros, mais complexo é proporcionar infraestrutura.

Um estudo de 2009 da União Internacional de Telecomunicações (UIT) aponta que, de cada cem domicílios brasileiros, apenas 3,5 possuíam banda larga fixa. Nos EUA, são 24; na Argentina, 6,6; e, no Chile, 7,9 domicílios.

Diante desse cenário pouco promissor, o governo federal prepara desde meados de setembro o lançamento de um Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), cuja meta é levar o serviço a 68% dos

domicílios brasileiros até a Copa de 2014, a preços 70% menores que os praticados no mercado atual. Dos 161,87 reais (preço médio do pacote de banda larga, segundo o Ipea), o valor estimado ao cidadão pode se reduzir a 48,55 reais.

Ainda em 2010, o governo espera pôr em prática um plano-piloto em 300 cidades brasileiras para em quatro anos dar o salto planejado até os mais de 4 mil municípios desconectados, que representam 88% da população. Cabe ao presidente Lula a definição entre duas opções: a do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a do Ministério das Comunicações.

GERÊNCIA ESTATAL

O Planejamento, encabeçado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, propõe uma gerência estatal por meio da Telebrás que pretende utilizar os 31.448 km de “estrada” de fibra óptica (o chamado *backbone*) da Petrobras e da Eletrobrás.

Questão crucial é que parte dessa “malha óptica” foi cedida à Eletonet, empresa falida, num imbróglgio que está na Justiça (veja box). Com a proposta do Planejamento, o Estado poderá “concorrer” com os serviços privados já existentes e, se assim desejar, oferecer o serviço ao cidadão onde houver mais carências. “A Telebrás é uma das alternativas que foram colocadas, dadas algumas facilidades”, explica Rogério Santanna, secretário de Logística e Tecnologia da Informação. As vantagens, afirma, estão no fato de a ociosa Telebrás possuir pessoal qualificado em seus quadros – hoje emprestados, por exemplo, à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – e na possibilidade prevista em lei de o órgão assumir novas funções, bastando para isso uma portaria do Ministério das Comunicações ou um decreto presidencial. A estimativa de investimento é de 1,3 bilhão de reais apenas para a infraestrutura principal, considerado baixo pelo governo quando comparado ao que a administração pública gasta com serviços de ▶



Hélio Costa quer uma gestão privada do PNBL

telecomunicações anualmente. Com fornecimento de serviços de voz e dados pelas concessionárias, a administração pública direta gasta 858 milhões de reais anuais, volume equivalente a 1% do faturamento anual bruto do setor de telecomunicações. Santanna explica que o maior problema para que as pessoas tenham banda larga é o preço e a falta de oferta. A infraestrutura estatal funcionaria como uma rede neutra, para vender capacidade de transmissão de dados a qualquer empresa que quisesse atuar na ponta oferecendo os serviços de acesso. Para chegar até o usuário final, a transmissão do sinal viria por ondas de rádio até os municípios distantes 100 km dessa “espinha dorsal” e de lá chegaria até as casas por redes sem fio WiMAX (com alcance de até 50 km). “Para prestar esse serviço de ponta, estamos sugerindo arranjos regionais com pequenos provedores [existem mais de 1,7 mil deles no País], que receberão uma conexão a um preço que permita atingir os valores finais que queremos”, esclarece o secretário. Técnicos do Ministério da Fazenda estudam formas de desoneração tributária, como isenções na taxa de fiscalização da Anatel, na taxa de instalação e em equipamentos como o modem.

No entanto, a pasta de Hélio Costa, ministro das Comunicações, entregou em dezembro passado um documento de 197

páginas em que propõe a gestão privada do PNBL. O governo entraria com investimentos públicos e incentivos fiscais como, por exemplo, empréstimos do BNDES e utilização do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), além de fornecer as redes de fibra óptica das estatais para as empresas privadas fomentarem a universalização do acesso que até hoje não realizaram. O plano pede 75 bilhões de reais de investimentos públicos e privados nas redes nos próximos quatro anos, para que 50% dos domicílios (30 milhões) tenham acesso fixo, além dos 60 milhões de acessos móveis (por celular).

Para Santanna, a alternativa às redes privadas como BrT/Oi (antiga Telemar), Telefônica e Net – responsáveis por mais de 80% dos acessos ao serviço – poderá ser usada por outras empresas, “melhorando a concorrência”. O resultado da concentração é que, segundo um estudo de 2009 da UIT, que relaciona o custo de banda larga com a Renda Nacional Bruta per capita,

A inspiração brasileira vem da Austrália, que usará empresa estatal para massificar o acesso de banda larga

o Brasil ostenta o pior índice (9,6%) entre os principais países em desenvolvimento, superando China (9,4%), Rússia (2,2%) e Argentina (7,6%).

A mesma UIT considera banda larga de alta velocidade conexões iguais ou acima de 2 Mbps (a média mundial é 13). Novamente, o Brasil decepciona, com 80% das conexões atuais abaixo do mínimo, com um detalhe que passa despercebido por muitos usuários: as operadoras não garantem a conexão plena, comprometendo-se em contrato a “entregar” até 10% da velocidade, visto que o serviço está sujeito a “questões técnicas”.

Da Austrália vem a inspiração brasileira. Lá o governo lançou, em 2008, um projeto que propõe a instalação de redes de fibra óptica que cubram 90% dos domicílios com velocidades de até 100 Mbps, a um custo total de 33 bilhões de dólares. Os 10% restantes terão cobertura das redes

sem fio. A construção e operação ficariam a cargo de uma empresa estatal e após cinco anos de operação a exploração do acesso final ao usuário seria repassada à iniciativa privada, ficando o governo responsável pelo controle da infraestrutura principal da rede e pela oferta de capacidade de transmissão no atacado.

No caso brasileiro, o presidente Lula designou comissão composta, entre outros, pelo assessor especial da Presidência Cesar Alvarez e pela secretária-geral da Casa Civil, Erenice Guerra, além do Comitê de Gestão do Programa de Inclusão Digital (simpáticos ao projeto do Planejamento), para analisarem a questão. Várias reuniões com representantes de organizações da sociedade civil, empresas, ministros e órgãos do governo já foram realizadas e a decisão de Lula ocorrerá após reunião prevista para este mês de abril.

Com a apresentação do PNBL, as diretrizes para as áreas tributária, financeira, industrial e tecnológica serão conhecidas. Também está programado um fórum de discussão com representantes do governo, empresas e sociedade para acompanhar o andamento do programa. O presidente Lula já deu indícios, em fevereiro, de sua preferência: “Nós vamos utilizar ela [Telebrás] para fazer banda larga neste país”.

No entanto, Santanna destaca que ainda existe a possibilidade de utilização de outras estatais como o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), órgão ligado ao Ministério da Fazenda. Restam, diante desse cenário, os arranjos finais técnicos e políticos para o carimbo presidencial.

INTERNET NA TOMADA ELÉTRICA

Foi apresentado na Câmara dos Deputados no fim do ano passado o estudo “Alternativas de Políticas Públicas para a Banda Larga”, elaborado pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, que sugere, por exemplo, a utilização de novas tecnologias pouco ou não exploradas no país, como 3G, WiMAX e PowerLine Communications (PLC). Esta última tecnologia consiste em utilizar como meio de distribuição de dados a rede de energia elétrica. A empresa paraense Copel, por meio de sua subsidiária, a Copel Telecom, vem desenvolvendo a tecnologia em projeto-piloto na cidade de Santo Antônio da Platina (PR). Entre as vantagens, destaca o documento, está a vasta infraestrutura existente, visto que a eletricidade chega a 98% dos domicílios do País, ante 82,1% da telefonia (fixa e móvel) e 7% da TV a

cabo, meios predominantes no mercado de banda larga.

Outra vantagem é a facilidade de conexão no interior das casas, bastando ao usuário plugar um modem em qualquer tomada e ligá-lo ao seu computador. Diretor da Copel Telecom, Orlando Cesar Oliveira reclama que a regulamentação desfavorável da tecnologia a inviabiliza, porque a encarece em relação às outras. “Os testes para homologação de equipamentos para PLC exigidos pela Anatel são muito mais caros, o que onera o equipamento”, desabafa.

A maior queixa, no entanto, é a resolução aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2009 que prevê que as distribuidoras não podem exercer atividades comerciais com uso da tecnologia PLC, a não ser que cumpram duas exigências: criação de subsidiária específica, que remunere a matriz, e a realização de concorrência pública pela utilização das instalações de distribuição de energia elétrica para a transmissão de dados. “O Speedy usa a rede da Telefônica e não paga nada porque é exclusivo da Telefônica, com ônus zero”, contesta Orlando.

O estudo levado à Câmara dos Deputados também apresenta uma série de outras possibilidades para a massificação, como a mudança do regime de prestação de serviço da banda larga de privado para público. A mudança traria obrigações aos concessionários quanto à universalização e à continuidade do serviço, além da possibilidade de regulação tarifária, todas impossíveis de ser exigidas pelo regime privado, no qual, segundo o artigo 128 da LGT, “a liberdade será a regra, constituindo exceção as proibições, restrições e interferências do Poder Público”.

Para Sady Jacques, sócio-fundador da Associação Software Livre, seja qual for a solução adotada pelo governo, só será completa se acompanhada pela ampliação das políticas de acesso, com apoio da disseminação das *lan houses*, casas de inclusão digital, e, especialmente, dos Telecentros, que fazem parte de programa federal que cria pontos de acesso gratuitos para a população. “Claro que isso é só o primeiro passo, existe um processo complementar, de estrutura de conteúdo e processos pedagógicos, para que não viremos apenas o país do “Orkut”, finaliza. ■

Divulgação



Rogério Santana propõe a reativação da Telebrás

QUEM PAGA PELA ELETRONET?

A União tenta recuperar na Justiça o patrimônio com mais de 16.000 km de fibra óptica

Em 1999, a Eletronet foi criada para dar maior utilidade a uma rede de 16 mil km de cabos de fibra óptica instalada pelas empresas dos sistemas Eletrobrás (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul) nas torres das linhas de transmissão de energia subaproveitadas pela estatal. A Eletronet surgiu como uma maneira de capitalizar novos recursos “alugando” essas fibras para outras empresas. A empresa privada norte-americana AES foi a vencedora do leilão público, abocanhando 51% da nova empresa, sendo o restante da Lightpar (atual Eletropar), *holding* da Eletrobrás. No entanto, com o passar dos anos, a empresa começou a registrar seguidos prejuízos, endividando-se em 800 milhões de reais (estimativa dos credores), o que levou a Lightpar à Justiça com pedido de autofalência. Em 2007, a Advocacia-Geral da União (AGU) apontou como saída para a retomada, pelo Estado,

do patrimônio cedido à Eletronet a quebra do contrato, operação permitida em caso de falência. Na decisão judicial mais recente, em dezembro de 2009, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro concedeu liminar em favor da União, que, assim, retomou a posse da rede de fibras ópticas, sendo obrigada, no entanto, a apresentar uma caução no valor de 270 milhões de reais até a decisão final, que consiste em definir quem são os donos da rede e como serão ressarcidos os credores.

A poucas semanas de se anunciar a decisão sobre o caminho do PNBL, a imprensa trouxe à baila o nome do empresário Nelson dos Santos, sócio da Eletronet que comprou parte das ações pertencentes à AES. Ele pretende pedir na justiça 200 milhões de reais, alegando ilegalidade no pedido de falência feito pela Lightpar. Santos também apareceu nos noticiários em meados de

fevereiro sob a suspeita de que, ao contratar o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (na imagem) para uma assessoria econômica, estaria tentando emplacar *lobby* junto ao governo. “Os sócios da Eletronet não vão receber nada. Esperar que esse rapaz [Nelson dos Santos] vai receber uma fatia de 200 milhões de reais é absolutamente inverídico”, contestou à época o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.



Luís Marques/Folha Imagem/Folhapress

San Francisco ○

COMEMORAÇÃO E LUTA

NOVA ESPANHA

Vice-reino criado com vistas à exploração da prata asteca na atual região da Cidade do México.

O bicentenário do processo latino-americano de independência mistura o passado aos confrontos diplomáticos cada vez mais tensos do presente

por **Flávio Dieguez**

EM MAIO do ano passado – quando a Bolívia comemorou os 200 anos da revolta do padre Pedro Domingo Murillo –, a América Latina iniciou um vasto calendário de festas coletivas, durante o qual nove países do continente americano pretendem comemorar o bicentenário de suas respectivas independências do império colonial espanhol: México, El Salvador, Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Paraguai, Argentina e Chile.

A agenda se estende por mais de dois anos e não se resume às datas das independências: apenas o México, por exemplo, programou 2.600 atividades esportivas, artísticas, cívicas, culturais e políticas. Não é exagero multiplicar esse número por dez, para se ter uma ideia da amplitude do movimento – e ainda seria pouco.

O motivo é que a América Latina está em campanha, envolta numa complicada disputa política que muitos países em comemoração consideraram como uma segunda batalha pela autonomia. Tem sido esse, desde o princípio, o tom impresso a diversos eventos do bicentenário. Foi assim, por exemplo, que o presidente boliviano, Evo Morales, deu o pontapé inicial da festa continental.

“A América é para os povos de Abiyala [nome indígena do continente latino-americano], e não para os americanos”, discursou ele na praça Villaruel, onde está o palácio presidencial, em La Paz, assim como as 12 urnas com os corpos dos líderes de 1809,

enforcados pelos espanhóis após o fracasso da revolta, empurrando a independência efetiva para 1825.

O principal evento da festa boliviana, significativamente, foi um “desfile cívico-militar”, reunindo em bloco soldados, sindicalistas, líderes indígenas e outros movimentos sociais. Participaram militares argentinos, equatorianos, paraguaios, venezuelanos e peruanos – nesse caso, a despeito de atritos diplomáticos recentes entre Peru e Bolívia.

Para acentuar o clima de confronto da festa, Morales listou golpes de Estado ou ditaduras latino-americanas até 1980, apontando, entre os países mais atingidos, “56 na Bolívia, 36 na Guatemala e 24 no Panamá [...] No Brasil, foram 10; no Chile, 9; na Argentina, 8; na Venezuela, 12, sendo a última [tentativa de golpe] em 2002, contra [Hugo Chávez] [presidente venezuelano].

A dinâmica política contrasta claramente com uma simples comemoração histórica, que parece ter sido a ideia original da ►

Bolívia: festa do bicentenário reúne militares de vários países, índios e sindicalistas



UM NOVO CONTINENTE

Os países atuais surgiram dos fragmentos das quatro grandes administrações espanholas existentes em 1790



Ilustração: Martini

EUA

As treze colônias inglesas ocupavam uma fração do atual território americano, tendo a oeste as federações indígenas.

ALTO PERU

Um dos dois primeiros vice-reinos, (junto com Nova Espanha), visava à exploração da prata inca nos Andes.

BRASIL

A mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 marca o avanço dos negócios da colônia para o sul.

NOVA GRANADA

Vice-reino criado em 1717, com centro na Colômbia. No início era apenas um entreposto para chegar ao império inca.

LIBERDADE TRAVADA

O império espanhol na América durou três séculos, terminando num processo relativamente rápido, que em trinta anos se alastrou pelo continente. Produziu, nesse período, riqueza suficiente para revolucionar a economia mundial, mas as próprias colônias permaneceram subdesenvolvidas.

“Esperava-se que das ruínas do império colonial espanhol surgisse uma nova ordem”, escreveu o historiador argentino Túlio Halperin Donghi. “Mas houve um desconcertante atraso”, explica ele.

As novas economias continuaram dependentes dos latifúndios, mas haviam perdido a rentabilidade do tráfico de escravos, já sem importância internacional, por volta de 1800. Isso dificultou a transição para um regime democrático, começando por adiar a abolição do trabalho escravo.

A independência mobilizou os setores mais pobres – o venezuelano Simón Bolívar salientou isso, dizendo que “negros e índios deviam dar sua cota de mortos em combate”, escreveu Donghi. Mas a independência “mal atingiu a situação das massas indígenas”, diz Donghi, e menos ainda a população negra.

RIO DA PRATA

Instituído em 1776. O porto de Buenos Aires era então a maior fonte de escravos para o conjunto do império colonial.

Heróis da América

Enquete espanhola sugere que a América Latina ainda se sente subjugada

A revista *Babelia*, do jornal *El País*, perguntou no fim de 2009 a cem personalidades atuais quais seriam as figuras mais importantes dos últimos duzentos anos na América Latina. Surpreendeu a escolha de líderes célebres por denunciar a submissão da região ao exterior – inclusive dois bem recentes: Fidel Castro e Che Guevara, em segundo e terceiro lugar. Os dez mais votados concentraram 52% do total de votos, entre 189 indicações. Apenas 12,7% dos votos foram dados a mulheres, sendo a primeira, com 115 votos, a argentina Eva Perón. Em comparação, Simón Bolívar encabeça a lista com 789 votos. O economista argentino Raúl Prebisch, conhecido pela defesa do desenvolvimento autônomo da região, teve 18 votos. O brasileiro Celso Furtado, influenciado por Prebisch, teve 4 votos. A lista inclui ainda os brasileiros Getúlio Vargas (dez votos), e Fernando Henrique Cardoso (seis). Veja ao longo desta reportagem alguns dados sobre os seis líderes políticos mais importantes.

Ilustrações: Mauro Nakata



SIMÓN BOLÍVAR

General venezuelano e figura mais importante da independência latino-americana. Articulou diversas guerras entre 1807 e 1825, contribuindo diretamente para as independências da Venezuela, Colômbia e Peru, entre outros. Na Batalha de Carabobo, de 1821, selou o processo de independência de seu país, que então incluía a Colômbia. Sua idéia era integrar todo o continente.



FIDEL CASTRO

O líder cubano continua forte na imaginação político-cultural latino-americana. Para o economista peruano Juan Carlos Rotondo, avalia-se mal a popularidade de Castro: mesmo acusado de autoritarismo, ele revelaria um sentimento persistente de resistência “ao abuso e ao domínio norte-americano”. Na enquete teve 402 votos e seu parceiro de luta, Che Guevara, 376.



JOSÉ MARTÍ

Natural de Havana, escritor e jornalista, preso ainda adolescente na revolta armada de 1868 contra o domínio espanhol. É visto como mentor da libertação cubana e organizador da Guerra de 1895, que levou à independência, defendia a transformação do país em todos os aspectos: econômico, político e social. Teve 322 votos, quarto posto na enquete. Quarto lugar, 322 votos.



SAN MARTÍN

Militar e político argentino de Corrientes, fez parte do grupo informal reunido em torno dos venezuelanos Francisco de Miranda, Andrés Bello e Bolívar. Começou a luta argentina em 1812 e após a vitória, em 1816, ajudou a libertar o Chile na batalha de Maipú de 1818, e o Peru, em 1821, ajudado por Bolívar. Quinto lugar, 308 votos.



EMILIANO ZAPATA

Filho de rancheiros mexicanos crioulos (mestiços com índios). Teria se aliado ao comerciante português Francisco Madero contra a ditadura de Porfírio Díaz, no México. Essa luta desembocou na revolução democrática e popular de 1910 e à renúncia de Díaz em 1911. Nono mais votado, com 134 votos.

festa, surgida no âmbito da Cúpula Ibero-Americana. Gestada a partir de 1991, sob a liderança da Espanha, a motivação básica da cúpula é estabelecer laços com as ex-colônias, inclusive visando à expansão de negócios comuns dos dois lados do Atlântico.

A decisão de realizar as comemorações do bicentenário foi tomada na reunião anual da cúpula realizada em Santiago, no Chile, em 2007. Seu foco não é tanto a própria independência, mas o início do processo que levou à autonomia política – que aconteceu, em geral, depois do período 1809-1811. A rigor, o processo também começou antes disso, ganhando força desde meados do século XVIII.

De qualquer forma, aqueles três anos concentram boa parte dos episódios cruciais que levaram não apenas à derrocada do império espanhol nas Américas, como também a um desenho inteiramente distinto da geopolítica colonial – trocando o controle direto das potências sobre os países dependentes por relações de dependência estabelecidas no campo diplomático.

Em 1535, dois exércitos saem em busca da riqueza das civilizações inca e asteca

A geografia da independência é surpreendente pela inacreditável extensão do império espanhol, que compreendia praticamente todo o continente americano, com exceção das colônias do Brasil e dos EUA, confinadas a alguns pontos da costa atlântica. O centro da América do Norte ainda pertencia às grandes federações indígenas, e o oeste, ao vice-reino de Nova Espanha, que correspondia ao atual território do México e um pedaço considerável do atual território norte-americano.

No Brasil, igualmente: os focos de ocupação portuguesa estavam limitados a oeste por terras indígenas e, além delas, começava o vice-reino do Alto Peru, compreendendo inicialmente as áreas hoje ocupadas por Bolívia, Paraguai, norte da Argentina e Chile.

Esses dois grandes territórios coloniais foram formados aos poucos: depois da chegada de Cristóvão Colombo, a Espanha ocupou essencialmente as Antilhas, até

1535. Só então lança as duas ondas de conquistas do continente – uma chefiada por Hernán Cortez, dirigida contra os astecas, ao norte, e outra, chefiada por Francisco Pizarro, contra os incas, ao sul.

A colonização da Colômbia serviu, a princípio, apenas como um entreposto a caminho do Alto Peru – mais especificamente, a caminho de Potosí, atualmente na Bolívia, onde estavam as grandes minas de prata incas. Mais tarde, formou-se o vice-reino de Nova Granada, englobando os atuais territórios de Colômbia, Venezuela e Equador. Mais tarde ainda, começou-se a abrir uma rota espanhola para o Atlântico, que daria origem ao vice-reino do Rio da Prata, sobre os territórios atuais do Paraguai e da Argentina. Até 1700, os vice-reinos se restringiam a Nova Espanha e Alto Peru: Nova Granada surgiria apenas em 1717, e Rio da Prata, em 1776.

Ao contrário do que se lê, ainda hoje, nos compêndios escolares, a independência não refletiu apenas mudanças ocorridas na Europa. Foi também um complicado processo econômico e político que refletiu a dinâmica interna dos principais centros de negócios, dentro das colônias. Inicialmente concebidas como unidades estanques, encarregadas de uma tarefa econômica específica, elas ganharam vida própria ao ampliar, gradualmente, as atividades produtivas e, especialmente, as comerciais.

Só recentemente se deu atenção a essa dinâmica interna das colônias, com destaque para o trabalho do historiador argentino Túlio Halperin Donghi, em seu livro *História da América Latina*, de 1967, hoje um clássico.



Presidência

Celac: nova entidade reúne todos os latino-americanos e exclui EUA e Canadá

Donghi reduz muito o papel das ideias europeias sobre a evolução das colônias americanas, explorando, em vez disso, o envolvimento crescente das elites, inclusive indígenas, nas atividades econômicas e políticas locais. Mais do que responder aos ideais da Revolução Francesa, por exemplo, as elites coloniais se transformaram ao se opor, ao mesmo tempo, ao colonizador e às populações empobrecidas pela colonização.

Nessa ótica, Donghi destaca a gradual ascensão econômica dos antigos grupos sociais indígenas e dos novos segmentos formados pelos crioulos – europeus nascidos na América, muitas vezes mestiços com índios e, em menor proporção, no caso da América Espanhola, com negros.

Esses grupos ocuparam espaços que a metrópole abria, seja por queda na rentabilidade dos negócios específicos, seja por ela não saber aproveitar negócios novos, criados pela simples expansão das sociedades coloniais. Esse processo começa a crescer, segundo Donghi, por volta de 1650.

Com o declínio da mineração da prata, tanto no México como no Peru, diversos centros coloniais decaíram e, nos casos extremos, a decadência levou ao crescimento de grandes fazendas de gado de propriedade indígena ou mestiça. São os *encomenderos*, conforme ficaram conhecidos então.

Onde as circunstâncias foram menos drásticas, esses grupos conseguiram sair da depressão econômica explorando a agricultura e o comércio entre colônias, ▶

TRÊS SÉCULOS DE SUBMISSÃO

Quatro grandes etapas marcam a evolução das colônias espanholas. No período inicial a economia se restringe aos negócios principais de interesse da metrópole. Depois a Espanha libera o comércio local e intercolônias e gradualmente divide o poder com forças locais, que afinal liderariam o processo de independência

1492

Chegada de Colombo às Bahamas. Até 1520, o império fica confinado a Cuba, Haiti e República Dominicana

1494

A Espanha valida a ocupação da maior parte das Américas por meio do Tratado de Tordesilhas, com Portugal.

1520

A descoberta das civilizações inca e asteca anima a Espanha a avançar das Antilhas para as terras do México e Peru, em busca, especialmente, de minas de prata. Em 1519, Fernão de Magalhães parte do porto de Cádiz para dar a volta ao mundo.

1534

A França “descobre” o Canadá e estabelece pequenos postos de comércio de peles, negociadas especialmente com a federação indígena dos algonquins. A colonização cresce bem mais tarde, com a chegada de Samuel de Champlain, fundador de Quebec em 1608.

1545

Começa a tomada das minas de prata de Potosí, então no Alto Peru, hoje na Bolívia. Começa o “século de ouro” que tornaria a Espanha a maior potência global. O tráfico de escravos quadruplica entre 1500 e 1550: de 13 mil para mais de 50 mil embarques ao ano.

1620

O navio inglês May Flower aporta em Plymouth: primeiras investidas da Inglaterra na colonização americana.

DA DESCOBERTA DA AMÉRICA AO FIM DO “SÉCULO DE OURO” ESPANHOL

uma oportunidade crescente de negócios em todo o período colonial.

Apesar dessas mudanças, porém, o império espanhol se manteve praticamente intacto até 1790, realizando reformas administrativas para acomodar as pressões internas e externas (decorrentes de mudanças políticas e econômicas europeias). Do meio para o fim do século XVIII, por exemplo, proliferam as juntas, que incluíam a elite local e executavam parte das funções administrativas coloniais.

Paralelamente, a Inglaterra, e depois a França, tensionavam continuamente o velho modelo de controle direto pelas metrópoles, preferindo o controle indireto, diplomático e econômico. Absorvendo essa pressão, as juntas se tornaram, por volta de 1790, um canal importante de contestação política. Em vários países, a independência seria declarada pelo poder constituído dentro das juntas, seguindo-se a sua transformação em parlamentos.

Do ponto de vista da proposta espanhola, uma das questões que se colocam para o bicentenário é se as antigas independências resultaram de fato na soberania plena dos povos americanos. A essa pergunta uma parte dos países latino-americanos responde que não, tendendo a dar às festas um conteúdo de confronto aberto com a Europa e com os EUA.

O primeiro sintoma dessa tendência foi a reação do presidente venezuelano, Hugo Chávez, no ano passado, durante a preparação da Cúpula Ibero-Americana em Portugal. Ele se opôs à participação da Espanha no bicentenário dizendo que, para as metrópoles coloniais, as

populações indígenas serviam para ser esartejadas. “Oxalá, um dia peçam perdão”, pontificou.

Muitos consideram a questão indígena mera propaganda de Chávez ou de Morales, e alguns especialistas espanhóis usam um raciocínio próximo ao que Halperin Donghi aplicou ao passado. É o caso de Carlos Malamud, do Real Instituto Elcano, de Madri. “As desculpas se justificariam de um ponto de vista teórico”, disse ele à BBC, em fevereiro passado.

“Os governos latino-americanos se preocupam muito mais com o futuro do que com o passado”

Mas, para ele, Chávez e seus aliados estariam querendo “negar parte de seu passado histórico”. Esse argumento também ocorreu ao historiador e articulista Miguel Bastenier, do diário espanhol El País. “A Espanha há de saber reconhecer os horrores da conquista, não o genocídio que Chávez trombeta”, disse. Sugere, então, que a Espanha só reconheça sua responsabilidade em conjunto com o crioulo, “que foi braço executor de tanto abuso e crime contra o indígena e o escravo durante a colônia e na independência”.

O governo espanhol adotou, à primeira vista, uma posição mais cautelosa: disse que pretendia apenas acompanhar as comemorações. Participaria apenas “quando os países que comemoram pedirem”, como declarou o secretário para Iberoamerica, Juan Pablo de Laiglesia. A frase seguinte de Laiglesia, porém, revela a complexidade da questão. “Não é a história que preocupa o governo espanhol”, disse ele à BBC, em fevereiro. “E me parece que os governos latino-americanos também se preocupam muito mais com o futuro do que com o passado.”

Isso provavelmente é verdade – embora os espanhóis tenham tido uma surpresa, no fim de 2009, com uma enquete sobre as grandes personalidades do passado latino-americano. A pesquisa foi feita pela revista Babelia, do El País, com vistas às comemorações do bicentenário, e as perguntas foram encaminhadas a cem figuras importantes da atualidade, das mais variadas tendências políticas.

O resultado foi o predomínio completo de nomes que se celebrizaram pelo confronto com as potências mundiais. A lista dos dez mais votados incluía Simón Bolívar (com 789 votos); Fidel Castro (402); Che Guevara (376); os argentinos José Martí (322) e José de San Martín (308); os mexicanos Benito Juárez (224) e Emiliano Zapata (134); e o venezuelano Andrés Bello (129).

Dessa lista, apenas um nome fugia desse padrão: o do escritor argentino Jorge Luis Borges, que teve 215 votos e ficou em sétimo lugar. O oitavo, com 205 votos, foi o escritor colombiano Gabriel García

1650

A Espanha inicia um período de reformas para diluir o controle da metrópole sobre a economia das colônias. Surge daí uma “economia senhorial”, formada por latifúndios e empresas de comércio de propriedade de espanhóis nascidos na América, inclusive mestiços com índios, e de antigos grupos dominantes nas sociedades indígenas.

1721

Começa nova rodada de insurreições indígenas, culminando com as vitórias do líder Juan Santos Atahualpa em Quisopango, na selva peruana, em 1742. Antes de ser derrotado, Atahualpa expulsou espanhóis, negros e mestiços das terras que liberta, apelando ao passado inca.

1763

Produção de açúcar cresce muito.

1765

Levante popular em Quito contra impostos.

1770

Várias rebeliões populares no Peru e em outras regiões. Em 1771, uma grande insurreição de escravos prenuncia mudanças de impacto no Haiti. Nos EUA, cresce a insatisfação com a Inglaterra em torno dos impostos e das restrições de comércio impostas à colônia americana.

1772

Coroa espanhola libera comércio entre a metrópole e algumas colônias centro-americanas e do Caribe, diminuindo ao mesmo tempo o peso do imposto colonial. Em 1773, ocorre a chamada Festa do Chá em Boston, na qual produtores americanos preferem atirar seu chá ao mar a pagar as taxas inglesas.

1775

Começa a guerra de independência dos EUA, proclamada em 1776, quando se forma um governo autônomo da Inglaterra. Mas George Washington só obteve a vitória militar em 1783.

COMEÇA A REFORMA ESPANHOLA, LIBERALIZANDO PARTE DO COMÉRCIO INTERCOLÔNIAS

Márquez, também identificado com a ideia de libertação da América Latina.

Mas o problema principal da frase de Laiglesia é que não há nenhum indício de que o futuro tende a reduzir as tensões entre as ex-colônias e as velhas e novas metrópoles. Ao contrário: existe uma dificuldade generalizada de acordo mesmo em países como o México e outros, que são aliados continentais dos EUA e da Europa.

Ilustra bem essa perspectiva o caso da Argentina, que, no início deste ano, inaugurou sua programação do bicentenário fazendo um contraponto espetacular a Morales: acusou o Reino Unido de resquícios de colonialismo por manter até hoje a posse das Ilhas Malvinas.

Essa mistura argentina de festa e confronto foi ainda mais longe: num encontro em Cancún, no México, no fim de fevereiro, 32 países do continente americano decidiram criar a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) – ou seja, uma entidade de todos os países do continente que exclui os EUA e o Canadá.

O impacto principal da decisão é que a nova instituição pode acabar por esvaziar a já abalada Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948, sob patrocínio do então presidente Harry Truman, dos EUA. Mas, de quebra, a presidente argentina, Cristina Kirchner, conseguiu que o encontro declarasse apoio unânime contra os britânicos em relação às Malvinas.

Essa nova disputa não envolve risco de guerra, como a de 1982, pelo controle do arquipélago. O alvo de Cristina é legal: alega que o Reino Unido, ao prospectar petróleo no subsolo oceânico das ilhas, viola norma fixada depois de 1982 que bloqueia qualquer iniciativa no território contestado.

A denúncia argentina teve ampla repercussão mundial e, uma semana depois de Cancún, Cristina voltou à carga, dessa vez ao lado da então presidente chilena, Michelle Bachelet, em Mar del Plata, onde dariam início a uma regata internacional que fora organizada para festejar conjuntamente o bicentenário.

Cristina calculou o efeito diplomático da nova denúncia ressaltando em seu discurso “a associação estratégica” que Chile e Argentina começaram a construir recentemente, que inclui um acordo de defesa comum, o Tratado de Maipú. Os ministros da Defesa dos dois países estavam presentes em Mar del Plata.

A competição simbólica reuniu uma dúzia de veleiros e 3,5 mil navegantes para fazer um circuito de quase 200 mil quilômetros, parando em 14 portos de dez países de toda a América, num total de mais de 150 dias. Participam barcos de várias bandeiras, inclusive o brasileiro Cisne Branco.

Outro evento conjunto dos dois países, em janeiro, foi uma caravana integrada por 126 militares das duas nacionalidades, com o objetivo de refazer – a pé e em lombo de mula – um périplo dos heróis da independência: num ponto dessa trilha através dos Andes, há 200 anos, abraçaram-se o argentino José San Martín e o chileno Bernardo O’Higgins. ▶

Tensão no Atlântico Sul: Argentina acusa Inglaterra de preservar herança colonial



1780

Levante de Túpac Amaru no Peru, quéchuas e aimarás defendem integração de castas e etnias. Em Nova Granada (Colômbia), começa a Revolta dos Comuneiros, de 1871, contra os impostos altos e a redução da produção local em favor de importações da metrópole. Liderada por um grande comerciante mestiço, Juan Francisco Berbeo, mobilizou também a população pobre.

1789

Fracassa o movimento contra impostos coloniais de Portugal: a Inconfidência Mineira. A Revolução Francesa acentua as mudanças antimonarquistas e anticoloniais na América.

1801

Haiti proclama a independência e torna-se o primeiro país a abolir a escravidão na América. O movimento, liderado por Toussaint Louverture, seria esmagado um ano depois pelos franceses. A luta, porém, prossegue nos anos seguintes. Em 1804, Nova Jersey é primeiro estado americano a eliminar a escravidão.

1806

Francisco de Miranda inicia um surto revolucionário articulado a partir dos EUA. Ingleses ocupam zonas do Rio da Prata e enfrentam a resistência de grupos populares armados, além do exército regular da colônia. Em 1807, Napoleão invade Portugal e a família real foge para o Brasil.

GRANDES REVOLTAS INDÍGENAS E MISTIÇAS PRENUNCIAM A INDEPENDÊNCIA

Cristina agradeceu o apoio de “todos os países irmãos [...] pela recuperação das nossas Malvinas” e, em seguida, os conclamou a defender, em toda a região, “os recursos naturais que estão nos roubando”. Depois, ironizou os britânicos, dizendo que estava querendo “estender sua soberania territorial a 14 mil quilômetros” – referindo-se à distância que separa Londres das ilhas sul-americanas.

A Argentina tem uma programação pretensiosa para o bicentenário e deve concentrar boa parte das atenções em torno do assunto em 2010. Buenos Aires já realizou, no início do ano, um grande show de música que reuniu cerca de 100 mil espectadores. Daqui para a frente, esperam-se dois pontos altos: o mais importante será no próximo dia 25 de maio, quando se comemora a Revolução de Maio, primeiro passo para a independência definitiva, declarada em 1816 pela Junta de Governo.

O outro acontece em dezembro, quando Cristina será anfitriã da Cúpula Ibero-Americana de 2010. Será um bom momento para testar a proposta espanhola de “olhar para o futuro”. De certa forma, já houve um primeiro teste, porque a criação da Celac, poucos dias depois da entrevista de Laiglesias à BBC, fortaleceu a ideia de que a América Latina deve buscar uma “segunda independência”.

Um dos aspectos que chamaram muita atenção, nesse caso, foi a concordância do México com a formação da Celac, uma entidade que exclui os EUA, visto que o presidente Felipe Calderón tem sido um aliado incondicional da diplomacia americana, e isso desde que ela era orientada por George W. Bush.

A adesão de Calderón, como registrou largamente a imprensa internacional, tornou muito mais difícil sustentar que os desentendimentos da região com a Europa e com os EUA se devem a alguns “esquerdistas criadores de problemas”, como salientou o site do jornal britânico *The Guardian*. “Parece ter passado despercebido [aos círculos diplomáticos americanos] que o Brasil tomou as mesmas posições que a Venezuela e a Bolívia em relação ao Irã e a outras questões de política externa.”

“Talvez a liderança do México – um governo de direita – na criação da nova entidade estimule uma revisão das ideias”, conclui a reportagem britânica. O diário brasileiro *Valor Econômico* foi além disso, lembrando que, no ano passado, a proposta de criar a Celac não foi em frente e que a mudança, neste ano, teria decorrido das pressões internas que Calderón está sofrendo pela dependência excessiva em relação aos EUA.

Em uma “reunião a portas fechadas” da qual participou o governo brasileiro, em Cancún, Calderón teria dito, nas palavras do jornal, que está precisando “desesperadamente reduzir sua gigantesca dependência da economia americana”. A crise econômica internacional, com a perspectiva de uma recessão duradoura nos próximos anos, teria precipitado a mudança da diplomacia mexicana.

Além da economia, existem muitos outros pontos que dificultam o tipo de relacionamento “neutro” que a Espanha parece estar perseguindo. A menção do *Guardian* ao Brasil é oportuna porque o governo brasileiro, nos últimos meses,

passou de uma postura mais moderada, em termos da autonomia latino-americana, para um questionamento mais aberto das diplomacias europeia e americana.

Três episódios recentes ilustram esse fato. No caso das Malvinas, o mais simples, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou grosso contra as pretensões britânicas. “Qual é a razão geográfica, política e econômica pela qual a Inglaterra está nas Malvinas?”, perguntou Lula em Cancún. “Será porque a Inglaterra é membro do Conselho de Segurança, onde eles podem tudo, e o resto, nada?”

O caso do Irã, citado pelo *Guardian*, é mais complicado porque a postura do governo brasileiro detonou uma meta central do governo americano, também adotada pelos europeus, de manter a república islâmica sob pressão permanente. Em vez disso, Lula se opôs publicamente a fazer pressão.

O peso dessa postura pode ser avaliado pelo fato de a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, ter vindo ao Brasil defender a diplomacia de seu país, procurando apoio político para sua causa entre os brasileiros.

O terceiro episódio, logo em seguida ao do Irã, foi o mais complicado de todos porque envolveu o próprio cerne das relações externas americanas: a questão dos direitos humanos. Foi esse o motivo central, por exemplo, do fracasso da tentativa de ressuscitar a OEA, uma das primeiras iniciativas do presidente Barack Obama, logo depois de tomar posse, em 2009.

Embora houvesse aprovação quase unânime em torno dessa proposta, a grande

1812

O general argentino José de San Martín chega a Buenos Aires e passa a liderar as tropas que se haviam reunido para a luta de libertação. Desde 1807, os ingleses assediavam Montevideo e Buenos Aires, contidos em parte pelas milícias crioulas (mestiços de espanhóis com índios e negros).

1813

O general Simón Bolívar lidera uma invasão da Venezuela a partir da Colômbia. Aclamado El Libertador, acaba derrotado e se esconde na Jamaica. Mas ele já tinha enorme influência nas diversas juntas latino-americanas, criadas pelos espanhóis nas décadas anteriores para acomodar lideranças locais na máquina de poder.

1819

Bolívar organiza o Congresso de Angostura, que fundou a federação da Grande Colômbia, abrangendo os atuais territórios da Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador. Os avanços de Bolívar estavam sendo articulados desde 1812, quando a junta de governo colombiana estava sob a chefia de Francisco de Miranda, outro grande estrategista da libertação e integração latino-americana.

1822

Antonio José de Sucre, chefe do exército colombiano, vence a batalha de Pichincha, em Quito, que marca a independência do Equador. Bolívar, Francisco de Miranda e San Martín articulam a libertação do Peru. A independência formal da Argentina havia sido declarada em 1816. Em 1821 foi a vez do México e, em 1825, a da Bolívia.

PRIMEIRAS DECLARAÇÕES DE INDEPENDÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DAS REPÚBLICAS

maioria dos latino-americanos rejeitou as cobranças americanas em relação a Cuba, expulsa da OEA em 1962 por iniciativa dos EUA.

Hillary pretendia que, em troca da readmissão, Cuba aceitasse responder a acusações de violação dos direitos humanos no país. Cuba recusou-se e o encontro lhe deu apoio com base no princípio de não ingerência nos assuntos internos dos países membros. Desde então, a OEA ficou num limbo, contrariando as expectativas de uma solução rápida por parte da Cúpula Ibero-Americana.

Essa disputa foi desengavetada com enorme repercussão, no início de março, porque Lula, que tivera um demorado encontro com o líder cubano Fidel Castro no fim de fevereiro, recusou-se a comentar o protesto do jornalista cubano Guillermo Fariñas, em greve de fome pela soltura de pessoas presas, segundo ele, por motivos puramente políticos. Durante a visita de Lula, o preso Orlando Zapata Tamayo havia morrido devido a uma greve de fome.

O presidente tratou a questão em termos de soberania. “Temos de respeitar as decisões do sistema legal de Cuba, e as do governo, de prender pessoas, como eu quero que respeitem o Brasil”, disse ele, recusando-se a dar uma declaração negativa em relação ao regime cubano. Disse que havia muita hipocrisia nesse tipo de cobrança.

“Não é só em Cuba que as pessoas morrem em greves de fome.” O episódio se transformou em uma avalanche de manchetes negativas tanto na Europa como nos EUA. O diário americano *Miami Herald*,

muito próximo dos exilados inimigos do regime cubano, criticou a posição brasileira dizendo no título da reportagem que Lula poderia ser o próximo secretário-geral da ONU. Mas completou: “Tomara que não”.

No Brasil, a *Folha de S.Paulo* publicou uma declaração de Fariñas na qual ele afirma que o que Lula disse mostrava seu compromisso com a “tirania de Castro e

“O governo brasileiro devia se preocupar com as condições em que os dissidentes cubanos são mantidos”

seu desprezo pelos presos políticos”. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também criticou Lula, e seu presidente, Ophir Cavalcante, disse que o governo brasileiro deveria se preocupar “com as terríveis condições em que [os dissidentes cubanos] são mantidos”.

Ao defender a posição brasileira, o chanceler Celso Amorim disse que não era papel do governo dar apoio “a todos os dissidentes que existem no mundo”. Em seguida, foi ao ponto central: “Se alguém está interessado em criar evolução política em Cuba, eu tenho uma receita rápida: acabe com o embargo”, fazendo referência ao

bloqueio econômico que os EUA utilizam para isolar o regime cubano.

Independentemente do mérito de todas essas polêmicas, elas parecem indicar que vem se fortalecendo a tese independentista de que o caminho para o desenvolvimento da região passa por uma disputa cada vez mais tensa em torno da autonomia latino-americana. A própria Espanha pode ser chamada a tomar uma posição em torno dessa disputa se pretende se aproximar dos países americanos de línguas ibéricas.

Isso não significa que esse caminho pode funcionar na prática. O historiador inglês Eric Hobsbawm chamou a atenção para isso em uma entrevista recente, durante a qual aborda, inclusive, a questão da soberania econômica e política. “O fator mais positivo para a América Latina”, disse ele, “é a diminuição efetiva da influência política e ideológica – e, na América do Sul, também econômica – dos EUA. Um segundo fator muito importante é o surgimento de governos progressistas – novamente mais fortes na América do Sul –, inspirados pela grande tradição de igualdade, fraternidade e liberdade.”

Mas ele pondera que, apesar disso e de “algumas melhorias sociais genuínas”, esses governos até agora não reduziram significativamente as desigualdades sociais dos seus países. Advertência semelhante foi feita por Fidel Castro no artigo em que agradeceu a visita recente de Lula. Castro escreveu que atribuía “enorme significado” ao encontro de Cancún. “Nenhum outro evento institucional tem importância tão transcendental”, explicou, acrescentando que, em vista disso, tendia a “encorajar passos em direção à unidade”. No entanto, ressaltou que não tinha ilusões diante dessa tarefa “difícil e complexa”, tendo em conta as ações do “império [EUA] e seus aliados, dentro e fora de nossos países, para impedir os esforços rumo à unidade e à independência”.

Talvez o melhor resumo dessa história tenha sido feito pelo presidente equatoriano, Rafael Correa, ao tentar explicar as consequências da reunião de Cancún. Apertado pelas dificuldades apontadas pelo repórter, Correa escapou com o velho bordão de que “o caminho se faz ao andar”. Mas não foi só uma fuga: é um fato. Reina atualmente um “otimismo” sem qualquer sentido, face às mudanças rápidas e profundas em curso no planeta. O primeiro passo para enfrentá-las é reconhecer o tamanho dos problemas que elas colocam – que são tão grandes e complicados quanto os do fim da era colonial. ■

Lula e Hillary: o presidente disse que só a recebeu a pedido de Amorim (à direita)



REVOLUÇÃO OU CONSPIRAÇÃO?

O que são as mudanças de regime ocorridas no Leste Europeu pós-1989 em meio a ampla mobilização social? As chamadas “revoluções de veludo” também englobam os recentes acontecimentos políticos da América do Sul?

por **Antonio Martins**

Getty Images

Morales começa segundo mandato na Bolívia



ENTRE ABRIL de 1989 e fevereiro de 1990, os regimes pró-soviéticos de Polônia, Hungria, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia e Bulgária ruíram após ondas de manifestações populares imensas e pacíficas. Na então Tchecoslováquia, o processo foi chamado de Revolução de Veludo e o nome se generalizou. Nas duas décadas seguintes, movimentos semelhantes ocorreram na Estônia (1990), na Letônia (1990), na Lituânia (1991), na Eslováquia (1992), na Croácia (1992), na Sérvia (2000), na Geórgia (2003), na Ucrânia (2004), no Líbano (2005), no Quirguistão (2005) e no Uzbequistão (2005). Em todos esses casos, as mudanças introduziram formas de governo mais próximas às democracias liberais.

Mas houve resultados muito distintos. Na África do Sul, movimentos de massa não violentos liquidaram (1994) o *apartheid* e instalaram um governo com forte presença dos sindicatos e do Partido Comunista. No Chile (1988), encerraram a ditadura do general Pinochet. Na Bolívia (2003 e 2005) e no Equador (2002 e 2005), derrubaram governos comprometidos com o neoliberalismo e abriram caminho para a chegada ao poder de Evo Morales e Rafael Correa.

Seriam as revoluções de veludo uma nova forma política – capaz de servir tanto para consolidar regimes que constroem o capitalismo quanto para substituí-los? Intelectualmente provocadora e muito relevante para a formulação de

estratégias, essa pergunta é respondida de maneira oposta em dois artigos recentes, em publicações que são referência para o debate político contemporâneo.

Na Rede Voltaire, o jornalista e cientista político conservador John Laughland vê as revoluções de veludo como “técnicas de golpe de Estado” articuladas desde o Ocidente. No liberal *New York Review of Books*, Timoty Garton Ash suspeita que elas sejam uma forma de ação coletiva capaz de superar o paradigma clássico de 1789 (França), 1917 (Rússia) e 1949 (China).

TRADIÇÃO GANDHIANA

Ash sustenta que as revoluções de veludo se tornaram, desde 1989, uma forma predominante de mudança. Estudioso e entusiasta da tradição gandhiana, ele considera positiva a novidade. Seu ensaio não se parece em nada com um panfleto. Testemunha de boa parte das novas revoluções, Ash se esforça para defini-las conceitualmente e distingui-las do paradigma clássico. Ele dribla, em primeiro lugar, a tentativa de descaracterizar esses eventos como revolucionários, pelo fato de eles não estarem associados à emergência de “ideias novas”. Lembra ele que também a revolução de Cromwell tinha como lema “restauração da liberdade, com a bênção de Deus”.

Revolução seria simplesmente, como definiu o russo Leon Trotski, a “entrada forçada das massas no governo de seu próprio destino”. As revoluções de novo tipo teriam em comum cinco aspectos. Primeiro, voltando à definição trotskista, recusam-se a cruzar a linha que separa “forçada” e “violenta”. Além disso, seriam policlassistas e quase sempre nacionalistas, negociadas, articuladas com processos eleitorais, e não utópicas. Nas revoluções de veludo, aponta Ash, ninguém pensa em “chamar a guarda vermelha” nem há uma espiral de radicalização tendendo a um período de terror. O ícone já não é a guilhotina, mas a mesa de negociações.

Isso não significa ausência de mobilização de massas. Por prescindir da violência, uma revolução assim só pode ser bem-sucedida, segundo Ash, se mobilizar grande parcela das sociedades, tornando impossível a ação dos governantes. E o ato seguinte a esse colapso é uma negociação na qual os antigos grupos no poder e seu aparato de segurança mantêm suas vidas, sua liberdade e parte de sua antiga riqueza e posição social.

Getty Images



Yanukovich: fim da Revolução Laranja

Para esses movimentos, apelar ao conjunto da sociedade e à nação é a única forma de evitar que o poder estabelecido possa continuar “dividindo e governando”. Ainda por recusarem a violência, eles não rejeitam os processos eleitorais – tendem a tê-los como catalisadores. Uma revolução de veludo típica é deflagrada por uma denúncia de fraude nas urnas e é coroada quando, mais tarde, um pleito “limpo” consagra sua vitória.

Quanto a John Laughland, ele não nutre simpatias pelo liberalismo. A maior parte de seu longo artigo é destinada a descrever a participação de diplomatas, serviços de espionagem e mídia ocidentais nas revoluções de cada país do Leste Europeu e da Ásia Central. Compreensivelmente, Laughland dá destaque à longa história de manipulação da opinião pública praticada no Ocidente. Outro veio explorado por ele são os estudos sobre psicologia política de massas de que foi pioneiro o norte-americano Edward Bernays, sobrinho de Freud. Para esse teórico, as sociedades humanas tendem naturalmente, por ser expressão de infinitos interesses, ao caos – a não ser que “governos invisíveis” dirijam os desejos das massas, apoiando-se nos meios de comunicação.

Os governos liberais do Ocidente teriam sido os principais apropriadores

dessas técnicas. Sempre bem documentado, Laughland cita, para demonstrar sua tese, obras como *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura* (Record, 2008), de Frances Sauters, que aponta laços do serviço secreto dos EUA com intelectuais, artistas e mesmo grupos de esquerda, entre as décadas de 1940 e 1980.

LENIN E TROTSKI

Mas Laughland resvala para o conspirativismo. Ao observar – pelas lentes do italiano Curzio Malaparte – um debate entre Lenin e Trotski, ele dá razão ao segundo, para quem a presença de um grupo revolucionário bem preparado podia, em certas condições, suplantar a existência de condições objetivas. Mais: Laughland identifica-se com o próprio Malaparte ao afirmar que “é possível provocar uma mudança de regime em qualquer país, desde que haja homens suficientemente determinados a fazê-lo”.

Essa crença o leva a desprezar a possibilidade de ação política autônoma, seja por seres humanos ou sociedades. Para Laughland, uma revolução sempre tem por trás “o mito [...] da revolta popular contra um governo ditatorial”. “Uma ideia-chave desse mito”, diz, “é o de que o povo está por trás dos acontecimentos. Na realidade, são operações muito bem organizadas, frequentemente encenadas pelas mídias e habitualmente criadas e controladas por redes internacionais de ‘ONGs’ que são instrumentos do poder ocidental...”

Fim do “socialismo real”, queda do muro de Berlim – tudo seria resultado do controle, pelo Ocidente, das técnicas de manipulação da opinião pública. É uma teoria fácil demais e não dá conta de movimentos como os de Bolívia, Equador e Nepal.

No Líbano, a Revolução dos Cedros, uma imensa mobilização popular, em 2005, que exigiu a retirada das tropas sírias do país, foi contraposta meses depois por um movimento, também de massa, liderado pelo Hizbollah. Na Ucrânia, a Revolução Laranja colocou no poder um governo pró-ocidental, em 2004, mas sucumbiu em fevereiro último nas urnas. Após anos de neoliberalismo, os eleitores optaram por devolver o poder a Viktor Yanukovich, o mesmo governante derrubado no movimento de “veludo” ucraniano. ■

A FORÇA DO DESASTRE SOCIAL

A comunidade internacional age segundo seus interesses e apenas prolonga a longa crise econômica e social do país

por Yuri Martins Fontes

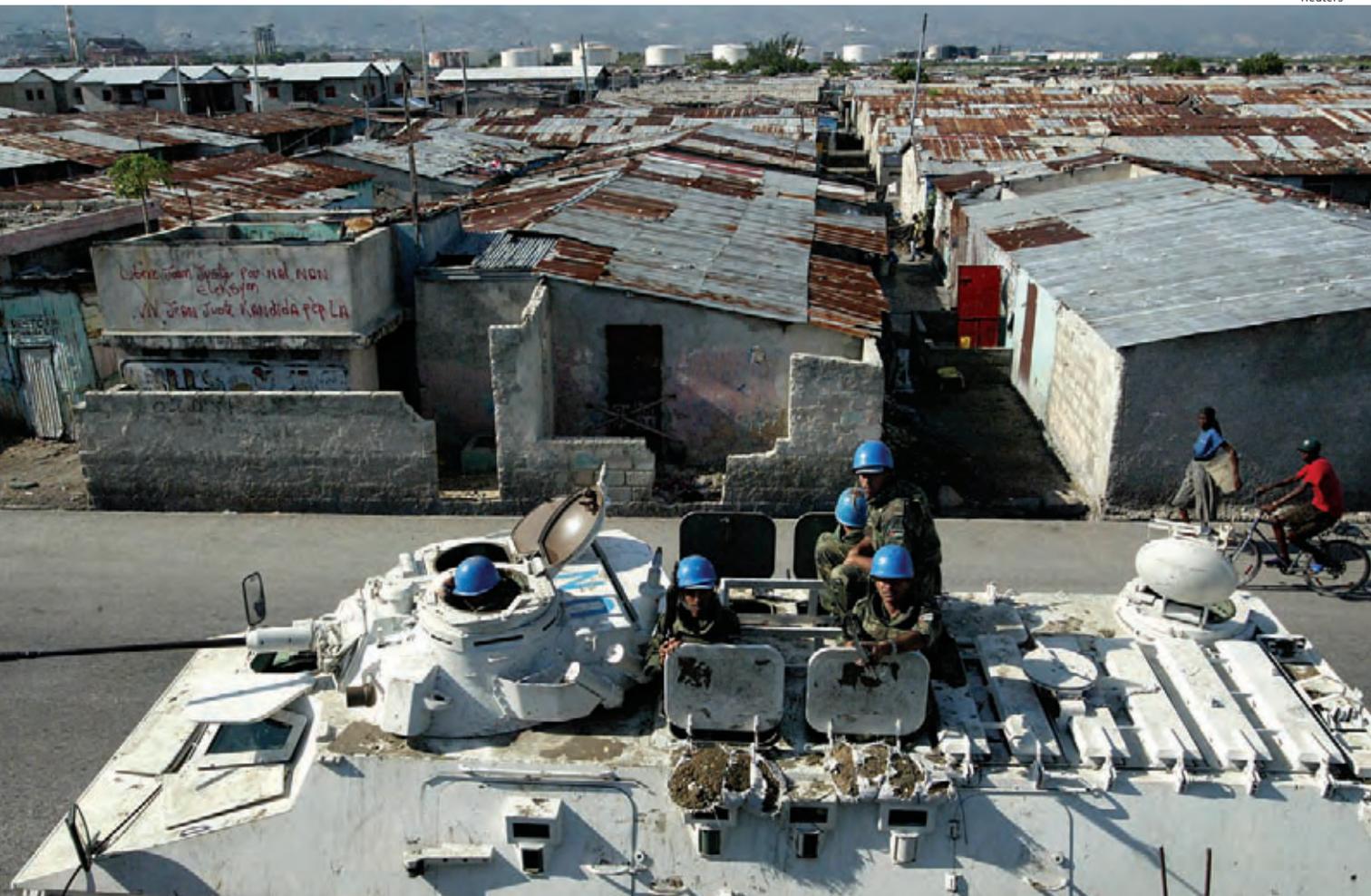
O TERREMOTO QUE, em janeiro, arrasou grande parte do Haiti – a 25ª nação mais pobre do mundo – tornou público o fracasso da intervenção da comunidade internacional naquele país. Essa é a opinião de inúmeros analistas e observadores da situação haitiana, como, por exemplo, o seminarista haitiano Rosemond Sylvestre, filósofo e estudante da Faculdade de Teologia de São Paulo.

Para ele, os erros começam pela ideia de uma “missão de paz” – como se qualificam os interventores que a ONU mantém no país há quase seis anos. “De que tipo de paz estamos falando?”, questiona Sylvestre. “No Haiti nunca houve uma guerra, e, no entanto, a missão de paz usa armas pesadas enquanto as favelas crescem e aumenta a violência.”

Sylvestre falou a *Retrato do Brasil* sobre a situação do seu país antes e depois da catástrofe natural. Para ele, embora o Haiti estivesse mesmo sob tensão política antes da chegada da ONU, foi “a comunidade internacional que criou essa tensão. Foi ela que sequestrou o presidente eleito democraticamente e o enviou para o exílio”.

Sylvestre se refere a Jean-Bertrand Aristide, eleito em 2001, mas que foi incapaz

Reuters



de administrar as pressões vindas tanto dos movimentos populares quanto do empresariado – as duas principais indústrias do país são a têxtil e a automobilística, esta dominada por multinacionais do setor.

Um dos temas cruciais de seu governo, e que ainda persiste, diz respeito a uma dívida de longa data com a França e que Aristide vinha tentando anular. Mas ele também precisou enfrentar interesses mais recentes, tanto pela posição estratégica do Haiti quanto pela possibilidade de haver petróleo em seu território.

“Aristide foi deposto em 2004 pela direita do seu país, mancomunada com EUA, França e Canadá”, diz a pesquisadora Lúcia Skromov, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e coordenadora do Comitê Pró-Haiti, integrado por organizações de direitos humanos, entidades políticas e movimentos sociais de vários

países. De acordo com Lúcia, aqueles três países “têm interesse na região e no Haiti, especialmente para a instalação de maquinadoras” (filiais de multinacionais).

Seja qual for a causa, o resultado foi que Aristide caiu e se formou um governo transitório apoiado por empresários haitianos, alguns deles residentes em Miami, e pelo governo do ex-presidente George W. Bush. Nos anos seguintes, negocia-se internacionalmente a ocupação do Haiti por forças internacionais sob a sigla da ONU. Em 2006, afinal, em meio ao caos da invasão estrangeira, elegeu-se o atual presidente, René Préval.

Ex-pai, psicólogo e filósofo, Aristide passou alguns anos estudando na Europa e no Canadá e voltou ao Haiti em 1983. Esperava-se então a queda iminente do regime autocrático de Jean-Claude Duvalier – iniciado em 1971, após a morte de

seu pai, François Duvalier, no poder desde 1957. Ambos apoiados pelos EUA.

Jean-Claude caiu em 1986 e, em 1990, Aristide venceu as primeiras eleições livres do país, com 67% dos votos, e foi sucedido em 1996 pelo mesmo René Préval. Alguns dados dão uma ideia de como o país vinha sobrevivendo na última década: a taxa de desemprego chegava a dois terços da população de 8 milhões de habitantes. A desigualdade era a oitava pior do mundo, com 80% dos haitianos na pobreza e 54% em extrema pobreza.

Diante desse quadro, Sylvestre avalia que saídas para a crise do Haiti existem, e os brasileiros poderiam ajudar “se quisermos”. A primeira coisa a ser mudada, no entanto, “é o próprio objetivo das forças de paz, que deveriam investir na criação de infraestrutura e empregos, em vez de sua atitude policial”. ■

Roubos, estupros e omissão

Para a pesquisadora Lúcia Skromov, a ONU está submetida às grandes potências e nada faz de concreto

Yuri Martins Fontes



Desde a queda do governo Jean-Bertrand Aristide, Lúcia Skromov já esteve 12 vezes no Haiti, em missões de apoio à população. Lúcia foi operária, bancária e militante em organizações socialistas, a partir dos anos 1960. Esteve presa duas vezes pela ditadura brasileira, sofreu tortura no DOI-Codi e foi obrigada a se refugiar no exterior. Ela conta a seguir um pouco do que viu no Haiti.

Retrato do Brasil - Quais são os objetivos do Comitê Pró-Haiti?

Lúcia Skromov – O comitê já nasceu como um órgão internacional. Foi fundado após o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, com a participação de organizações de direitos humanos, entidades políticas, movimentos sociais e estudantis de vários países da América e da Europa. Nossa principal função tem sido ajudar a difundir e dar visibilidade à causa do povo haitiano.

RB - Como você vê o papel da ONU?

LS – A ONU se converteu em uma entidade omissa e está submetida ao poder das grandes potências, sobretudo dos EUA. São 19 países-membros da missão de paz, controlando a vida de um povo. Supostamente, estão lá para defender o povo haitiano e impor estabilidade, promover progresso social, melhores condições de vida e direitos humanos. Não é o que se vê. Os soldados são os primeiros a violar os direitos humanos, sob o olhar complacente do comando brasileiro, responsável pela parte militar. Seduzidas por um prato de comida, crianças acompanham soldados aos hotéis. No norte do país, os soldados são saudados com um grito de “bééé”, porque roubam cabras dos trabalhadores rurais. Nada de concreto foi feito pelo Exército brasileiro, exceto umas poucas ruas na maior favela do país – Cité Soleil – para que os tanques pudessem entrar.

RB - Existe reação a isso?

LS – Há passeatas gigantescas contra as tropas, promovidas pelo movimento estudantil, sindicatos e organizações sociais autônomas, em contraste com as manifestações orquestradas pela embaixada brasileira em Porto Príncipe, cujo público é composto por ONGs comparas que atuam no país e estudantes “voluntários” que marcham displicentemente nas ruas.

RB - Como tem funcionado o país na prática?

LS – Aristide foi deposto em 2004 e o governo provisório, montado de comum acordo por EUA, França e Canadá, correspondeu às expectativas desses países. No entanto, por uma questão de imagem de eficiência, havia a necessidade de chamar novas eleições. Assim, a comunidade internacional ficou satisfeita, bem como a restrita burguesia local, que domina a construção civil, os meios de comunicação e detém o comércio formal, na sua grande parte alimentício, já que o país é essencialmente agrícola. Com os 76% de desemprego formal, a classe média se enxugou; quando não, emigrou para outros países, em grave fuga de inteligência.

RB - Qual é a influência da França?

LS – A França, desafeto dos EUA na América, reconciliou-se e pactuou com esse país logo que requisitada para apoiar o golpe contra Jean-Bertrand Aristide. O que quer a França? Não se trata somente da posição geopolítica ocupada pelo Haiti, mas sim da forte suspeita de petróleo em águas profundas.

RB - Como têm agido, diante dessa situação, as organizações operárias do país?

LS – Os sindicatos, bem como a Batay Ouvryie (Batalha Obreira), uma central sindical em formação, se recusam a participar da farsa da paz. Por isso são perseguidos e criminalizados, e seus líderes, assassinados. O Haiti foi campo de experiência, desde sempre, para tropas estrangeiras, sobretudo, de treinamento para grupos paramilitares.

INVESTIMOS NA REGIÃO
PARA QUE O NORDESTE
CONTINUE SENDO UM
ROTEIRO OBRIGATÓRIO.
PARA OS TURISTAS E
O DESENVOLVIMENTO.



20,8 bilhões de reais investidos na Região. Nosso trabalho cresce junto com o Brasil.

O orgulho por essa Região faz a gente ir muito além pelo crescimento do Nordeste. Em 2009, o Banco do Nordeste investiu 20,8 bilhões de reais na agricultura, no turismo, no comércio, na infraestrutura e na indústria. Um valor recorde, que impulsionou o desenvolvimento de todas as nossas áreas de atuação e colocou o Nordeste em evidência no Brasil e no mundo. Afinal, um grande investimento constrói uma grande Região.



Cliente Consulta Ouvidoria - Ligue Grátis:
0800 728 3030 - www.bnb.gov.br



A RETOMADA ATÔMICA

Nos EUA, para enfrentar o aquecimento global e reconquistar o setor, Obama encerra mais de 30 anos de moratória na construção de usinas nucleares

por Flávio de Carvalho Serpa

Getty Images

O PRESIDENTE norte-americano, Barack Obama, deu no mês passado uma guinada histórica, exorcizando uma maldição de mais de três décadas. Ao endossar um empréstimo de 8,3 bilhões de dólares a uma empreiteira do setor elétrico, Obama suspendeu na prática a moratória informal na construção de usinas nucleares nos EUA, que vinha desde a década de 1970.

A lei que permitiu ao presidente endossar o empréstimo é, na verdade, de 2005, mas até o momento não tinha sido invocada. Originalmente, a lei (a Energy Policy Act) entesourou um fundo de 18,5 bilhões de dólares, que Obama deseja triplicar. Não é um dinheiro empregado diretamente nas

obras, mas uma garantia a ser oferecida aos bancos financiadores para o caso de prejuízo ou calote no decorrer da obra. Ou seja, é um subsídio de risco com dinheiro público caso a iniciativa privada fracasse financeiramente. Se a usina fica pronta no prazo e produz energia a preços competitivos, tudo bem: ela quita a dívida com o banco que a financiou e paga uma taxa ao governo por este ter garantido a operação. Se der tudo errado, paciência, o governo cobre o prejuízo.

E a possibilidade de erro é de 50%, segundo cálculos de alguns banqueiros (baseados no histórico de falência e desistências). As usinas nucleares, em todas as partes do mundo, têm siste-

maticamente apresentado orçamentos que acabam até se triplicando, por conta de novos preços de materiais e regulamentações, além de prazos de finalização que, normalmente, estouram. E, nesse caso, quanto maior a demora para operar e fazer dinheiro, maior é o prejuízo. No fim da década passada, o orçamento médio de um reator de 1.100 megawatts (quase o dobro da energia produzida em Angra 1, no Brasil) era de 2,5 bilhões de dólares. Hoje não custa menos de 9 bilhões de dólares. O que explica essa estratosférica escalada de custos?

Na década de 1950, na euforia otimista do pós-guerra, a energia atômica prometia abrir uma nova etapa



na história da humanidade. Afinal de contas, as bombas atômicas funcionaram perfeitamente e explodiram no Japão, como esperado. A eletricidade gerada nos reatores nucleares parecia ser tão fácil e abundante que os otimistas apostaram que até poderia ser gratuita – de tão barata, não valeria a pena instalar medidores. No entanto, duas décadas depois, o sonho virou um monumental pesadelo financeiro.

Mesmo com os sucessivos choques das guerras do Oriente Médio, que elevaram os custos dos combustíveis fósseis, o preço da energia atômica cresceu como uma reação em cadeia descontrolada. Além de as usinas serem muito mais caras em termos

de segurança e operação, o próprio combustível, o urânio enriquecido, só aumentou o preço de produção. As sucessivas regulamentações técnicas das agências, especialmente exigências de segurança, quase puseram em órbita os custos de novas centrais atômicas, não só nos EUA.

FALHA HUMANA

Além dos gastos diretos, ficou mais crítica a formação de mão de obra qualificada para a operação de reatores – tornando-se escassa e cara. E foi justamente a mão de obra uma das razões do grande desastre histórico. O incidente que levou ao embargo nuclear foi uma trapalhada de funcio-

nários na usina de Three Mile Island (na imagem), no estado da Pensilvânia, em março de 1979. Os inexperientes operadores da usina novinha em folha, com apenas três meses de funcionamento, cometeram uma série de pequenos erros em sequência que levaram, em poucas horas, ao derretimento do núcleo da usina. O que era na época a mais moderna usina nuclear americana virou um lixo nuclear irrecuperável de 1 bilhão de dólares.

Embora sem vítimas ou mesmo vazamento radioativo, o acidente lançou uma espécie de maldição pública sobre a energia nuclear. Mais de cem usinas que estavam em construção foram canceladas. As 104 usinas em ope- ►

ração nos EUA foram todas construídas antes do desastre, e algumas podem ser desativadas com o risco de não haver substituição. Mas o pior desastre veio em seguida, quando a usina soviética de Chernobyl ficou fora de controle, expelindo uma nuvem radioativa que se espalhou por quase toda a Europa. Evidentemente, não foram argumentos ecológicos nem de precaução com vidas humanas que levaram à moratória. Foi o custo financeiro descontrolado.

A decisão tomada por Obama de enfrentar a questão não chega a ser surpresa, já que desde a época de senador sua posição é favorável à energia nuclear. Durante a campanha à Presidência, por exemplo, funcionários da Exelon Corporation, a maior operadora de usinas nucleares nos EUA, doaram abertamente 330 mil dólares.

RAZÕES DE OBAMA

Obama alega duas razões principais para ressuscitar a energia atômica que os ambientalistas mais ortodoxos julgavam fora da cena energética. A primeira é de ordem ecológica. Sem emitir CO₂ e outros poluentes, tal energia pode ser considerada relativamente limpa se comparada com petróleo, carvão ou gás natural. Novas usinas atômicas, em vez de queimadores de carvão, poderiam atender à crescente demanda de energia elétrica – sem prejudicar as metas de redução dos gases causadores do aquecimento global.

Essa não é mais uma posição herética para muitos ambientalistas. A mais importante adesão à energia atômica, como menor dos males, partiu de James Lovelock, o lendário criador da hipótese Gaia, que mostra o planeta como um superorganismo e que durante muito tempo foi o maior guru de toda uma geração de ambientalistas.

Porém, a razão mais pesada é, sem dúvida, a necessidade imperiosa de os EUA retomarem a liderança desse estratégico segmento industrial. Nesses anos todos de moratória nuclear, os norte-americanos assistiram a vários outros países avançarem agressivamente na tecnologia, e o risco de ter de importar usinas seria um pesadelo, principalmente quando a potência emergente nesse segmento é a China. Embora tenham apenas 11 usinas em operação (93 a menos que os EUA), os chineses estão construindo dez novas instalações por ano, o que equivale

a três vezes mais que a soma de todas as construções iniciadas nos outros países. Neste momento, no entanto, a maior preocupação com a China não é o país usurpar a liderança tecnológica do resto do mundo, e sim a possibilidade de um novo desastre nuclear.

Os chineses aparentam estar seriamente preocupados com as questões de segurança. Em 2009, o presidente da China National Nuclear Corporation, uma das duas estatais do ramo, foi preso por conta

Com o avanço tecnológico atual, a segurança evitaria novos desastres nucleares como em Three Mile e Chernobyl

das investigações de irregularidades nas construções. O fato de ele também ser membro do Comitê Central do Partido Comunista mostra que, quando se trata de um assunto estratégico, ninguém goza de imunidade. O país programa quintuplicar o número de especialistas das agências de segurança e regulamentação.

É um passo a mais, é verdade, mas ainda longe de ser uma ameaça tecnológica, já que se utiliza tecnologia francesa, japonesa e indiretamente americana, ou seja, não se tem a autonomia necessária no setor. Para os EUA, os rivais são os europeus, especialmente os franceses, que têm 80% de energia atômica em sua matriz energética, além de alemães, canadenses e japoneses. Os últimos, inclusive, se associaram aos grandes fabricantes americanos para formar empresas híbridas, como a Westinghouse, uma unidade da Toshiba e da General Electric (GE) e que faz parte da Hitachi Nuclear Energy –, o que tem vantagens, pois o governo japonês se dispõe a subsidiar as usinas. É um dos motivos é evidente, afinal o arquipélago do sol nascente não tem nenhuma outra opção de autossuficiência energética a não ser a nuclear.

Também a Coreia do Sul está abocanhando fatias cada vez maiores do mer-

cado mundial de energia nuclear. Os sul-coreanos conquistaram recentemente contratos de 20 bilhões de dólares para construir quatro reatores nos Emirados Árabes Unidos. De modo geral, a estagnação no setor nos EUA levou a um atraso de aproximadamente dez anos em relação aos outros países. A China, por exemplo, já está construindo um tipo de reator da Westinghouse nipo-americana que ainda não foi aprovado burocraticamente em Washington. Isso significa que, quando a construção de usinas for retomada, o índice de importação de peças e dispositivos pode chegar a até 70% do total nos primeiros anos.

NOVO CENÁRIO

Trata-se de um gargalo mundial, resultado do encolhimento das atividades. Apenas uma usina de aço no Japão tem capacitação tecnológica para produzir os pesados vasos de contenção dos reatores, de modo que a produção mundial, até 2030, estará limitada a apenas 12 usinas por ano. Essa capacidade pode ser elevada a 54 por ano entre 2030 e 2050.

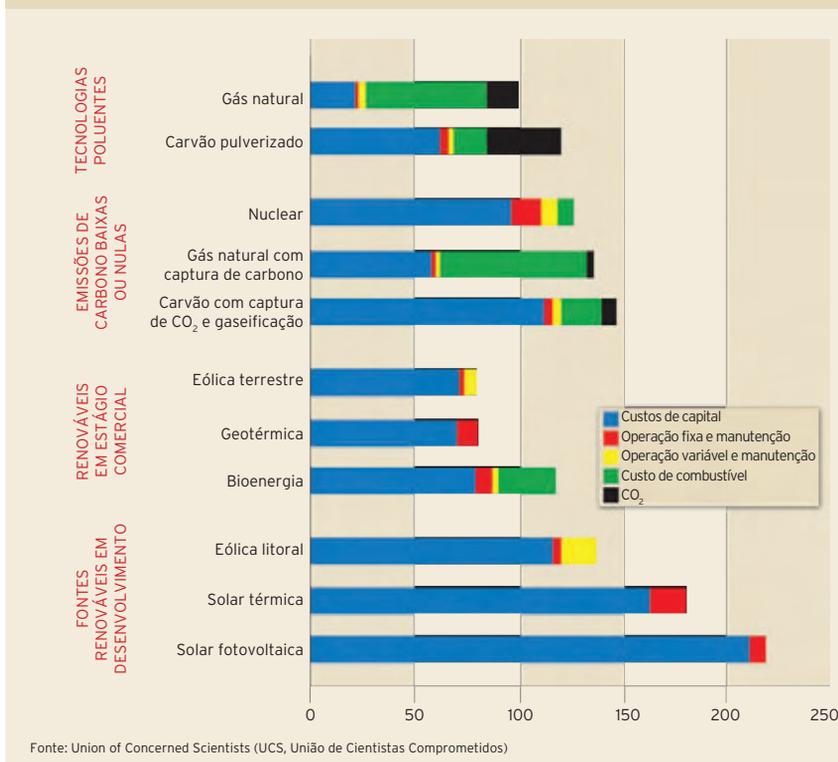
Engenheiros do Massachusetts Institute of Technology (MIT) calculam que, para que a construção de novas usinas nucleares tenha efeito na diminuição da emissão de CO₂, seria preciso entre mil e 1.500 usinas de 1.000 megawatts em todo o mundo (300 delas nos EUA) e até 22 novos centros de enriquecimento de urânio para o combustível.

Depois das panes traumáticas de Three Mile e Chernobyl, o cenário mudou para melhor devido às melhorias tecnológicas, com os reatores podendo funcionar até 90% do tempo, ante 60% na década de 1970. Com mais tempo e sem paradas de manutenção, o custo médio de produção caiu aproximadamente 30%. E, embora as usinas americanas representem apenas 11% do potencial total instalado da matriz energética, elas funcionam em tempo integral, ao contrário das termoelétricas, que costumam ser desligadas por medida de economia e produzem 20% de toda a energia americana.

Outro fator determinante se refere ao salto espetacular da segurança operacional, com a introdução da informática em larga escala nos sistemas de controle. Se tomar o exemplo da tecnologia da aviação, há quatro décadas os aviões tinham seus flaps e partes móveis acionados mecanicamente por arames de

Custo x poluição

Tirando as hidroelétricas, todas as fontes alternativas menos poluentes são caras



ção. Hoje é tudo eletrônico, monitorado por centenas de sensores instantâneos. Tecnologia similar tomou conta das salas de comando das centrais nucleares. No acidente de Three Mile, por exemplo, uma válvula hidráulica engasgou nove vezes antes que o defeito fosse percebido, falha impossível de acontecer atualmente.

Infelizmente, os fatores financeiros e econômicos pioraram nesse longo período para a energia nuclear, enquanto as usinas de gás e carvão tiveram um cenário mais favorável. Para se ter ideia, o custo estimado da energia nuclear é de 4 mil dólares por quilowatt; já nas eficientes centrais modernas de queima de carvão, 3 mil dólares; e, nas geradoras movidas a gás natural, 800 dólares por quilowatt.

ENERGIAS CONCORRENTES

As fontes alternativas ameaçam seriamente a concorrência de custos. Se as usinas solares e eólicas e as novas tecnologias que capturam a emissão de CO₂ nas usinas de carvão progredirem, o custo das nucleares inviabilizará até mesmo as que já estão em operação ou que vão começar a ser construídas nos

próximos anos. Diante desse cenário, o custo da energia atômica será competitivo após 2030, segundo calcula o relatório “Climate 2030 Blueprint”, publicado pela União dos Cientistas Preocupados (Union of Concerned Scientists).

O fato é que, na prática, a energia nuclear ficou inviável sem os subsídios e isenções do Estado. Ou então, outro caminho é encarecer as alternativas, com a imposição de taxas e impostos sobre as usinas emissoras de CO₂, o que vem sendo negociado no Congresso americano. O custo excedente da energia nuclear já vem sendo pago há muito tempo pelos contribuintes. A União dos Cientistas cita um estudo de 2009 que coloca em 300 bilhões de dólares (em valores atuais), somente nos EUA, todas as perdas de abandono de construção, atrasos, tarifas mais caras, subsídios de impostos e perdas de acionistas das empreitadas nucleares na produção de energia elétrica.

Os governantes e políticos devem incluir ainda nas equações de custo fatores políticos como a necessidade de manter a competitividade tecnológica, o preço político de prevenção do terrorismo que rouba combustível e, finalmente, o mais

deglutível dos argumentos: a necessidade de uma fonte de energia que não produza os deletérios gases poluentes do carvão ou do gás.

Mas, se os governos são boias de salvação da indústria nuclear, também são fonte de complicações. As regulamentações de agências oficiais brotam por todo lado. As novas exigências para as usinas resistirem a um ataque terrorista de aviões, por exemplo, tornaram as instalações muito rígidas para sustentar o impacto direto, mas aí ficam incapazes de resistir a um terremoto, que exige flexibilidade para balançar em vez de cair. Logo, precisam de novas diretivas.

URÂNIO ABUNDANTE

Pelo menos uma coisa permanece completamente válida desde o surgimento da energia nuclear: o combustível para as usinas, ao contrário dos combustíveis fósseis, continua abundante e relativamente fácil de ser processado, mesmo ao incluir a etapa final de enriquecimento do urânio. O planeta processa anualmente 66,5 mil toneladas de minerais que contêm urânio. Perto de 40% desse total vêm de material reciclado de reatores ou de armas nucleares desativadas pelas grandes potências. Embora não exista pressão no fornecimento, os minerais que contêm urânio também são recursos limitados e exauríveis. A Agência Internacional de Energia Atômica, órgão da ONU, calcula que as reservas conhecidas podem alimentar reatores de todo o mundo por mais 85 anos, ao custo de 130 dólares por quilograma. Profecia otimista, da qual cientistas mais céticos, é claro, desconfiam.

O Brasil tem alguma lição a aprender com tudo isso? Do ponto de vista de produção de energia, não, pois a matriz energética brasileira é predominantemente hidroelétrica (80%) e as centrais nucleares de Angra apenas atendem a ambições dos tempos do regime militar, de domínio estratégico da energia atômica. O potencial hídrico brasileiro está longe de ser esgotado e é muito mais barato. Na ponta do lápis, a usina de Angra 3 teria um custo estimado (e altamente irrealista) de 138 reais/MWh. Em comparação, a energia da nova hidroelétrica de Santo Antônio está orçada em 79 reais/MWh, e a da hidroelétrica de Jirau, em 91 reais/MWh. Ou seja, a questão nuclear no Brasil não faz sentido técnico. Mas, politicamente, quem sabe? ■



Divulgação

HUMBERTO TEIXEIRA SAI DA GARRAFA

Três décadas depois, o Doutor do Baião e parceiro de Luiz Gonzaga é finalmente reconhecido em documentário produzido pela filha, Denise Dummont

por **Gabriel Vituri**

SE POR UM LADO não há quem desconheça os primeiros versos de “Asa Branca”, por outro o mesmo não pode ser dito do maior parceiro de Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira (1915-1979), que compôs, além da clássica canção sobre a seca no Nordeste, mais de 400 músicas em parcerias diversas.

Esquecido por décadas, Humberto Teixeira foi resgatado por meio de uma cinebiografia que se encarrega também de retratar a história cultural brasileira sob variados ângulos. Sem se restringir ao microcosmo do artista, *O homem que engarrafava nuvens* mostra o universo que, de certa maneira, foi diretamente influenciado por ele. Dessa forma, a história – sobretudo do povo nordestino – é retratada de maneira multifacetada, usando o Doutor do Baião (apelido dado por Luiz Gonzaga) como ponto de convergência.

O homem que engarrafava nuvens, lançado oficialmente no início deste

ano, participou de alguns festivais em 2009 e, como conta a produtora, Denise Dummont, “era um projeto pessoal demais para conseguir realizar sozinha”. Denise, com Lírio Ferreira (diretor de *Cartola – música para os albos*), passou quase dez anos envolvida com a missão de redescobrir não só o Humberto Teixeira do baião, mas também o pai, com quem conviveu anos sem conseguir conhecê-lo a fundo. O cearense de Iguatu, diz Denise, era pouco permissivo e avesso às escolhas tomadas por ela, como na decisão de seguir a carreira de atriz. Ainda assim, a memória do pai, que prometia à filha engarrafar as nuvens que baixavam no quintal, em São Conrado, se manteve em Denise forte a ponto de levá-la a realizar o filme.

ATRÁS DA ESCRIVANINHA

É de se indagar os porquês do anonimato, visto que Teixeira participou ativamente da carreira de um ídolo nordestino como Luiz Gonzaga, foi advogado e chegou a se eleger deputado federal. Vale ressaltar que a tendência em qualquer parceria musical é que o cantor, sempre em primeiro plano, ganhe mais destaque e, conseqüentemente, não seja deixado de lado com o passar do tempo.

Embora não discorde, Denise justifica: “De fato, ele ficou esquecido, o que foi natural devido à condição de ser um intelectual trabalhando atrás da escrivadinha”. E, sem meias palavras, admite que o pai cantava muito mal.

Foi por intermédio do cunhado do Doutor, Lauro Maia, parceiro no samba de Carnaval “Deus me Perdoe”, que Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira se conheceram. O papel de cada um era claro. Gonzaga era do povo, carismático e entusiasmado, cantando a tristeza com alegria, e Humberto era poeta, escritor e político, com aspirações maiores do que a música. O deputado ambicionava nacionalizar a cultura e, se possível, extrapolar os limites do território brasileiro. Com lei de sua autoria e que ganhou seu nome, artistas nacionais se projetaram no exterior com incentivos federais.

Embora não seja difícil seguir essa tendência, o documentário evita o abuso dos estereótipos. Nordestinos, cegos e cangaceiros são retratados tal como são, e, se há ênfase no figurino e

na maneira sertaneja de ser, é porque o que dá o tom do baião é justamente o contexto social e a paisagem seca e sem cor. Entre xotes, baiões e depoimentos, uma narração em *off* cria o elo entre a vida e a obra do artista, contada por ele mesmo, como se fossem memórias póstumas.

Para além dos estúdios, dos milhares de discos vendidos e influências diretas sobre dezenas de artistas, nota-se a preocupação em mostrar os bastidores do baião; o envolvimento generalizado em

Artistas como Sivuca, Chico, Gil, Gal, Bethânia e Raul atribuem parte do sucesso ao doutor do baião

torno da cultura popular nordestina é retratado pelo cangaço, pela caracterização típica e até pelas particularidades dos instrumentos musicais. Otacílio, uma espécie de *luthier* de sanfonas, demonstra naturalidade ao falar dos instrumentos que conserta, sem tratá-los apenas com a objetividade que um técnico costuma ter. Sivuca, parceiro de Humberto Teixeira no sucesso “Adeus, Maria Fulô”, afirma que a sanfona é uma extensão de seu corpo, confirmando a subjetividade de Otacílio.

A cronologia adotada no roteiro é lógica e não perde o ritmo, o que a torna envolvente tanto na riqueza dos depoimentos quanto nas performances de personalidades como Sivuca, Chico, Caetano, Gil, Gal, Bethânia, Belchior, Raul Seixas e os recentes Otto, Lenine e Cordel do Fogo Encantado. É nesse ponto que a relevância do compositor se mostra ainda mais forte: artistas consagrados atribuem parte do sucesso ao Doutor do Baião.

Até o momento do diálogo entre mãe e filha, a história de Humberto Teixeira, inevitavelmente, fica restrita à poesia, ao intelectual e à contribuição para a cultura do País. A reviravolta fica próxima de acontecer quando Denise e Margarida Jatobá, ex-mulher do compositor, conversam sobre Teixeira;

porém, a imparcialidade parece ficar aquém das expectativas.

Pouco se sabe sobre a relação (se é que existiu) de Denise com a obra de Teixeira. E, por mais que duras críticas sejam feitas ao pai documentado (Margarida comenta que o ex-marido sempre foi controlador, “nortista do interior, macho”), os relatos sobre decepções e angústias permanecem romantizados, com a genialidade superando sem grandes dificuldades um suposto lado obscuro do poeta.

BAIÃO UNIVERSAL

Outro destaque admirável é a maneira equilibrada como o roteiro entrelaça história e música, justificando a evolução do baião com base em fatos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve uma “invasão” de novos ritmos e conceitos em todas as áreas, principalmente dos países participantes do conflito, que necessitavam internacionalizar seus produtos. O baião, à sua maneira, foi uma resposta a esse movimento de expansão mercadológica, o que reforçou a cultura brasileira diante do mundo.

Mesmo um pouco duvidosas, as comparações entre o nordestino brasileiro e o estadunidense que foge do deserto feitas pelo músico e compositor David Byrne servem para ilustrar algo maior: o sucesso internacional que o baião atingiu ainda persiste no século XXI. Em Nova York, por exemplo, grupos se destacam e começam a ganhar prestígio nas noites. A japonesa Miho Hatari, por exemplo, que gravou com diversos grupos internacionalmente reconhecidos (Beastie Boys e Gorillaz), aparece cantando “Paraíba”, em uma versão que arranca risos do público pela gritante diferença de idioma.

Não seria leviano afirmar que Humberto Teixeira revolucionou. Luiz Gonzaga um dia disse que considerava o baião a primeira música de protesto, com motivo de ser. E, se o Doutor do Baião ficou esquecido, não se pode dizer o mesmo de sua obra, influência recorrente e direta em reproduções e vanguardas que surgem de tempos em tempos. “Descobri o poeta, criador, realizador e eclético, uma pessoa muito maior do que eu imaginava”, afirma Denise – agora como filha, e não produtora – sobre suas impressões do filme. Os espectadores certamente concordarão. ■

PEGADAS DA POESIA NO ASFALTO

Obra de estreia de Marcus Vinicius Faustini refaz as andanças de um jovem da periferia carioca - ele mesmo -, reinventando a si próprio e a cidade

por **Leandro Saraiva**

GUIA AFETIVO DA PERIFERIA
Autor **Marcos Vinicius Faustini**
Editora **Aeroplano**
Ano **2009**
Páginas **188**

UM VENTILADOR usado, o calor, os mosquitos, as bolhas na tinta que cobre as ferrugens. A Baixada Fluminense desfocada pelas ondas do calor, e os jatos militares cruzando o céu, misturados ao som onipresente do ventilador. Como sobreviver aos 40 e tantos graus lá fora e à efervescência borbulhante da adolescência queimando por dentro? Levando para a laje uma vitrolinha e o vinil do Joy Division, trilha para o roteiro “futurista pós-punk” improvisado na ilha de edição mental.

Assim Marcus Vinicius Faustini começa seu *Guia Afetivo da Periferia* e desenrola seu fio de ritmo e poesia sincopada pelo labirinto carioca. “Editando a si mesmo”, diz Luiz Eduardo Soares, num prefácio sensacional, que faz jus ao livro, o narrador de 38 anos tenta juntar “corpo, palavra e território”, olhando para sua matéria-prima em formação de 20 e poucos anos atrás. Hoje diretor de

teatro e de cinema, atualmente secretário de Cultura de Nova Iguaçu, no princípio, aos 15, 16 anos, a casa de Faustini era, desesperadamente, a rua. O *Guia Afetivo* das idas e vindas, “de domingo a domingo”, entre o centro-zona sul e o Cezarão (conjunto habitacional situado à margem da avenida Cesário de Melo, em Santa Cruz, a 90 km do Cristo Redentor), revela uma vista do Rio de Janeiro e do Brasil muito além do Jardim Botânico.

O livro de Faustini, mosaico fragmentado de imagens, experiências e reflexões, até poderia reivindicar o famoso título da obra inacabada de Walter Benjamin sobre a modernidade parisiense – *Passagens* –, desde que a referência principal se deslocasse das galerias comerciais burguesas para o ônibus, o trem e a van. Faustini faz do rio de vaivéns da gente que faz o Rio a sua praia. Sonha em ganhar a vida pela escrita e engana o tédio da travessia periférica diária ensaiando histórias para os rostos em procissão, dividindo os capítulos pelas estações. Mas aprende com o vendedor de Prestobarba que pobre paga a passagem é no gogó, e não com a caneta. As aulas de entonação e projeção de voz – antes das aulas de teatro



que ele ainda frequentaria – lhe abriram as portas de uma carreira: “animador de festa, Papai Noel no Carrefour, de São Gonçalo, Urso Fred no shopping Madureira”. Depois, trabalhos mais qualificados: boy, entregador de lentes de contato, frentista, atendente de cantina de cemitério (que lhe renderia uma tuberculose, férias forçadas e a leitura autoimposta de Proust).

NO GOGÓ

Virações para pagar as passagens, o churrasquinho, a mochila onde escrevia trechos de Trotsky e Fitzgerald – o espírito revolucionário e o charme cético estampados num outdoor pessoal –, livros e discos usados, a frequência nas mostras gratuitas da cidade. O vale-tudo da ralação, para ver os travestis indo para a noite da Lapa (na “luz néon-azul-céu” do interior da lotação), conhecer a francesa aventureira que trabalhava nas lanchonetes noturnas de Ipanema (Ipanema, só de madrugada), reviver com um colega mais velho a tortura da ditadura, transar com uma nissei depois de uma passeata estudantil, numa escada de metrô (em homenagem ao Spectremmen), viver, no último banco do ônibus de volta para Santa Cruz, um romance de filme francês, com direito a diálogo político misturado a cheiro de creme rinse e gordura de chapa nos cabelos dela.

Assim como a mochila vale por uma síntese existencial só possível pela literatura e a tuberculose é proustiana, o mar



O autor ainda bebê com a mãe e o padrasto na Praia de Ramos; e no clássico Fusca no colo da tia. Tempos depois, aos 11 anos, com a primeira carteira de trabalho



é o mesmo que engoliu Escobar, a rua do Lavradio está povoada de fantasmas literários, Manuel Bandeira pode ser visto entre os *punks* dos Arcos da Lapa. Faustini escreve sua história gastando as solas dos sapatos pelas ruas e sonhando ver a cidade através de um olhar mágico como a luneta de Simpício, do romance de Joaquim Manuel de Macedo. A literatura vai misturada na travessia do jovem Faustini como o angu de milho de sua mãe derramado sobre os trechos de Fitzgerald em sua mochila.

A literatura, e também o cinema, são seu combustível, para viajar no oceano urbano e também para seus sonhos explosivos, como seu filme-catástrofe particular, no qual detona a avenida Presidente Vargas e caminha pelos escombros com o cachorro de rua que se tornou seu amigo. “Na cidade, eu procuro a ficção”, diz ele. Não lhe interessam muito os discursos e falas sociológicas que explicam a “civilização carioca”. No contrapelo da descrição da vida como ela é está a potência do que pode ser. A imaginação no poder, ou pelo menos na escrita de sua vida, numa prosa menos narrativa do que poética, já que “não se trata de inventar histórias [...]. Trata-se de fruir, de buscar ao longo do dia o direito a este instante”. Cinema-catástrofe como *trailer*, mas, principalmente, cinema moderno. *Guia Afetivo da Periferia* é os *Os incompreendidos* (Truffaut, 1959), refeito 50 anos depois por um autor que tem um tanto de Rogério Sganzerla, algo de

Mano Brown, com pitadas de Rubem Braga.

SEM ROTEIRO

Como na poesia ou no cinema de poesia, como Pasolini chamou o cinema moderno, nada fica estável nas andanças do *Guia Afetivo*. Cada pedaço catado da cidade se mistura com outros e se transforma: as entregas de lentes de contato levam aos topos dos prédios, para ver a cidade por novos ângulos, seguindo a dica de Allan Ginsberg sobre Nova York; o “olhar de jabuticaba amassada” de um amigo dos tempos do cemitério, morador de rua que já conhecera tempos melhores, lembra a grandiloquência dos jornais comunistas; a feira da Maré mistura lições do “capitalismo precário carioca” à expectativa do baile *funk* pulando em unhas e cabelos em preparação e à carne de sol com gosto de saudade do avô; a vista dupla de Santa Teresa, para a zona sul e a zona norte, justapõe os pedaços da vida do jovem pobre e

ambicioso como os protagonistas de Stendhal e Balzac; o olho impressionista descobre o movimento dos pedais brilhantes das bicicletas dos operários, voltando para Santa Cruz no começo da noite; a explosão de gritos e cores na saída de uma turma de bate-bola dissolve sentidos num mar de vitalidade.

Dissolver e reconstruir o mundo para poder viver nele, para caber na própria pele, para “organizar a dor de existir”, numa viagem de ônibus onde a saudade insuportável dos que já morreram se mistura com a imaginação de como narrar essa dor “que deveras sente”.

Organizar os sentidos – repetida expressão desse livro –, numa pilastra de estimação no centro da cidade, no estalo da caneca de alumínio que se enche da Coca-Cola de domingo, não é essa a função da poesia e a necessidade da vida? O *Guia Afetivo da Periferia* nos mostra que não há roteiro para essa viagem, que cada um deve fazer a pé, inventando o caminho. ■





QUERO RECRIAR O COTIDIANO, MOBILIZAR E SER POP

Marcos Vinicius Faustini, 38 anos, autor do *Guia Afetivo da Periferia*, resenhado na página anterior, é um cara múltiplo. Nesta entrevista, o diretor de teatro e de cinema e secretário de Cultura de Nova Iguaçu (RJ) fala da relação entre o artista e o gestor público. "Acho que o artista precisa ter experiência de gestão, e o Estado precisa da experiência do artista." Só assim, conclui, se radicaliza a democracia

Retrato do Brasil - O slogan da Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu, "Todo mundo é cultura", parece ter afinidade com o cotidiano estetizado no *Guia Afetivo da Periferia*. Quais são as conexões entre a perspectiva criativa do *Guia* e seu trabalho como secretário?

Marcos Vinicius Faustini – Muitas. Minha militância estética e a militância como gestor público estão unificadas pela ideia de que linguagem e vida são uma coisa só. Desde que me tornei secretário, tinha claro que deveria ter lá uma postura estética. Para isso comecei a gestão indo trabalhar com sapatos de palhaço, enchemos a secretaria de jovens, grafitamos o ambiente físico, para deixar muito claro que ali o espaço é diferenciado. A cultura como espaço aberto a encontros. O que se desdobrou numa presença territorializada na cidade, com o orçamento da secretaria discutido bairro a bairro. Isso tudo depende de uma postura estética. Além disso, eu precisava manter em mim, durante o período como gestor, uma atividade artística, para que uma atividade tencionasse a outra, e o livro era o possível, dentro do tempo curto que eu tinha no dia a dia. Acho que o artista precisa ter experiência de gestão, e o Estado precisa da presença dos artistas. Acho isso decisivo para a radicalização da democracia. Só vai haver democracia de fato no Brasil quando a fruição for direito de todos, e isso tem de ser buscado por meio de políticas públicas que ofereçam repertórios, possibilidades de vivências ligadas ao dia a dia, que demonstrem a potência criativa da vida.

RB – O *Guia Afetivo* mostra essa potência da estética como modo de criar um caminho na vida do jovem protagonista (você mesmo, na sua vida). Invertendo a pergunta inicial, como a experiência de gestor influenciou no seu percurso como artista?

MVF – Em *Seis Propostas para o Próximo Milênio*, Ítalo Calvino fala do valor da "pre-

cição”. Ele diz que precisamos retirar desse valor o sentido militarista, para pensarmos na precisão da linguagem e do afeto. É o que tenho tentado fazer, tanto na política como na arte.

Eu fiz vídeo, teatro, que são artes de negociação, coletivas. No livro, é como diz Beckett: tudo tem de acontecer entre a cabeça e a mão. Eu pude exercitar o controle exato do que dizer. Tive de desenvolver procedimentos para contar a minha vida de modo estético: pequenos fluxos de pensamento, combinações internas, a ideia de catação, pra mostrar uma subjetividade feita da rua dentro de mim. E na ação política também busquei precisão de procedimentos, porque mais importante que defender os conceitos é elaborar os meios concretos de ação, precisá-los, construir metodologias. Eu sabia que a gestão teria sucesso se construísse políticas públicas que gerassem processos, e não só ações pontuais. Dois pilares guiaram essa busca de precisão metodológica da política pública: radicalização da democracia pelo alargamento do conceito de cultura e combate à “representação” como expressão do “popular”. Todo mundo é cultura. Todo mundo é agente de vivências culturais ou de expressões artísticas. Durante muito tempo associamos a cultura só às expressões artísticas, e a cultura vai além disso. Quando você diz “todo mundo é cultura”, você está direcionando a política pública para o ator social, e não apenas para os fenômenos culturais. Fomentar processos de estetização da vida. Enquanto for só valorização da expressão artística, a gente continua pouco democrático. O outro aspecto é o questionamento da representação, do outro popular como objeto. A invenção da representação do “popular” é crucial na história da arte brasileira, mas precisa ser superada. Para romper com isso, só alçando a vida como força criadora, passando do fomento à obra que representa o outro, construído como uma imagem extraordinária, para o fomento da expressão amalgamada à vida cotidiana, ordinária. Para isso foi preciso criar estratégias e procedimentos na política pública para gerar ambiente, encontros e choques criativos. Na política e na expressão estética, a cultura precisa ter estratégias para negar a versão burguesa da cultura, de um mergulho espiritual solitário e iluminado.

RB – Na secretaria, quais foram essas estratégias concretas e precisas?

MVF – A primeira coisa foi ir atrás da população que fazia cultura, mas não se reconhecia como agente cultural e não pleiteava política pública. Fomos identificá-la, bairro a bairro,

por meio de pequenos editais que a estimulassem a entrar em cena, já provocando combinações (que é um conceito-chave em todas as ações da secretaria) entre estes atores sociais: grafiteiros com rezadeiras. E os editais, desde o começo, já se afastavam do fomento à obra, já eram para propostas de oficinas, de multiplicação e ação cultural, dentro das escolas. Criamos também o programa dos Pontinhos de Cultura, inspirado no Cultura Viva, mas em escala bem pequena, para grupos, atuando não só em escolas, mas também em igrejas, bibliotecas, espaços públicos, criando redes e um ambiente de vivências estéticas e criativas. Seleccionamos também 250 universitários ligados às artes, para trabalhar no cotidiano escolar. Para sustentar tudo isso, criamos um Fundo de Cultura, gerido com participação da sociedade civil. Essa mobilização gerou o surgimento de 48 organizações, juntando os grafiteiros, as rezadeiras, todo mundo misturado, para lidar com o poder público.

“Eu estava incomodado em publicar, porque um livro numa estante é uma árvore morta”

Ao mesmo tempo, sob coordenação do Júlio Ludemir [jornalista e escritor, autor de *No Coração do Comando* e *Sorria, Você Está na Rocinha*], criamos o portal NI (www.culturani.org.br), em forma de blog, feito por jovens da cidade, que cobrem toda e qualquer coisa que eles considerem cultura, livremente, sem se prender aos eventos artísticos.

RB – E como é que se mensuram os resultados dessa política pública que fomenta processos?

MVF – Essa é uma contribuição do campo cultural, visto dessa forma, para a política pública. Se propomos que a ação cultural seja mediação da vida, temos de precisar isso por meio de metodologia e acompanhar por pesquisa. Em Nova Iguaçu, criamos uma escola-agência de pesquisa, tal como a escola-agência de comunicação que gerou o portal NI. Também para a pesquisa seleccionamos jovens da cidade para o trabalho. Como secretário, guio-me por essas pesquisas, que precisam ser criativas e precisas, como os

processos por ela pesquisados. Fiquei na secretaria dois anos, e saio em três meses. Acho que minha tarefa está cumprida, o processo de apropriação da política pública da cultura pelos atores culturais está consolidado.

RB – E agora, o que vai ser?

MVF – O livro tem de ser pop, sair da livraria para as ruas. Estou vendendo o livro eu mesmo, às sextas, na noite da Lapa. Tem de quebrar a aura de escritor e de secretário. Eu quero vender livro no susto, como quero fazer política pública em superfície, e não só para os “profundos”; quero misturar o artista consagrado e a rezadeira, num mesmo ambiente, como quero que meu livro seja lido em qualquer lugar e apropriado de qualquer jeito. Acho que o livro pode fazer parte de uma tarefa que o Brasil, e especialmente, o Rio têm pela frente: preparar-se para ser pop, porque é isso que vai rolar. Virá muita gente para cá nós próximos anos. A classe média de todo o mundo, especialmente os jovens, que viajam cada vez mais, inclusive os brasileiros. É ótimo que os estrangeiros venham nos conhecer. É ótimo que nossos jovens de classe média conheçam o mundo. Mas seria uma perversão se esses percursos existenciais de conhecer o outro e se reconhecer ficassem restrito à zona sul do Rio. A viagem existencial, perder-se e descobrir-se no mundo, pode ser feita dentro da cidade de cada um. Queria que o livro estimulasse essas andanças, porque um livro numa estante é uma árvore morta. Quero que meu livro vire um objeto metodológico. Minha pretensão é que o ele gere uma profissão no país: o guia afetivo, o cara que reapresenta a cidade. Se o Rio de Janeiro vai virar pop, vamos fazer disso uma oportunidade de nos conhecermos e de nos apresentar ao mundo – todos nós, do Leblon, da Maré, de Miguel Couto. Desconstruir a cidade de representações, a cidade da classe média, que quer ser uma via de fácil acesso, entre dois lugares privados de subjetivação. Precisamos disputar essa via, que é a rua. A rua é um lugar ótimo! É onde se dão a vivência, os encontros, para além da representação. Logo que eu fiz o livro, já sabia que eu queria fazer um projeto. A Petrobras se interessou e está patrocinando um projeto de guias afetivos, baseado em oficinas de práticas de memória, de experimentação de relacionamento e entendimento do seu eu e de seu lugar no mundo. Isso vai junto com um jogo de catação e complementação de matérias gráficas, superfícies retiradas das ruas, recombinadas, completadas e devolvidas às ruas. Nada de descobertas subjetivas interiores. Eu quero mobilizar as pessoas pelas superfícies. Eu quero ser pop. ■



FAZENDO A CIDADE PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE SER CADA DIA MAIS NOSSA E CADA DIA MELHOR.

A Prefeitura de Olinda ouve a população para fazer uma cidade ainda melhor. Para isso, põe em prática obras estruturais de urbanização, saneamento, limpeza e turismo. E todas essas melhorias só contribuem para reafirmar a vocação que essa cidade tem de ser um patrimônio de beleza e cultura para todo o nosso povo e para o mundo também.



VOCÊ FAZ
OLINDA
PREFEITURA DA CIDADE

www.olinda.pe.gov.br

